



# Anais da Assembléia

Nº 67

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE AGOSTO DE 1984

ANO X

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA

### ATA DA 61.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 1984.

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Rubens Bueno.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Lêonidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezi, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede a leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 31 de julho, na

Cidade de Jandaia do Sul, do Senhor Natal Eduardo Lemes.

Tal passamento vem consternar a comunidade de Jandaia do Sul, face às excelentes qualidades morais sempre demonstradas pelo extinto, o qual teve uma longa existência sempre voltada para os princípios da humanidade em prol do bem comum e, representada como chefe de família exemplar que foi.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada na qualidade de seu neto, o Vereador Milton José Pupio Filho, Presidente da Câmara Municipal de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) GILBERTO CARVALHO.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ARACY CRETELLA SCHEIDT, ocorrido nesta Capital, no dia 04 do mês corrente.

A extinta era esposa do Doutor Ary Scheidt e o seu falecimento veio causar enorme consternação aos seus familiares e amigos.

REQUER ainda, que desta decisão seja dada ciência à família enlutada, na Rua Dep. Joaquim José Pedrosa, 827 - Cabral.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) IVAN GUBERT.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Doutora VIVIAN ALBIZU DE CARVALHO, ocorrido nesta Cidade, no dia 02 de agosto do corrente.

A extinta era esposa do Doutor Jayme Drumond de Carvalho e o seu falecimento veio a causar enorme consternação aos seus familiares e amigos.

REQUER ainda, que desta decisão seja dada ciência à família enlutada, na Rua Ubaldino do Amaral, 540 - ap.05 - Alto da Glória.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) IVAN GUBERT.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-

nário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Clara Sala, ocorrido no último dia 2, na Municipalidade de Terra Boa.

A Senhora Clara Sala tinha 77 anos de idade e era dona de casa. Deixa sete filhos, um dos quais já falecido, o Senhor Sílvio Segundo Curioni que foi Vereador, cuja atuação no Legislativo Municipal entre outros procedimentos sempre pautou-se pelas reivindicações do povo de Terra Boa, do qual ele, seus irmãos e seus pais eram pioneiros.

Não poderia, portanto, realizar nesta Casa de Leis, através dos seus Anais, esse voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Clara Sala, na Cidade de Terra Boa, já que o seu desaparecimento entristecesse toda aquela coletividade.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de louvor e de aplauso ao jornal "FOLHA DE LONDRINA" e ao empresário Dr. Oswaldo Macedo, promotor da campanha pública, pela feliz e louvável iniciativa de estimular a cultura cafeeira no Paraná, cujos objetivos visam dar uma rentabilidade econômica ao Erário Público do Estado, do Brasil e do município, e extinguir gradualmente o desemprego.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER apelos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Ministro de Minas e Energia, no sentido de que sejam acolhidos os estudos da Eletrosul para que seja autorizada a construção da ponte provisória sobre o Rio Paraná, interligando os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, expõe o seguinte:

I) O exuberante estudo para antecipação do início da construção da travessia rodoferroviária do Rio Paraná, em Guaíra, neste Estado, onde se pretende construir a Usina Hidrelétrica, interligando os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, elaborando com apuro técnico pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A - ELETRO-

SUL, é de fundamental importância para o desenvolvimento de toda aquela vasta região, independentemente do interesse no setor energético;

II) Entre as múltiplas finalidades dessa Usina, há que se destacar a travessia rodoferroviária do Rio Paraná que interligará estes dois importantes produtores agrícolas pelas chamadas "Rodovias da Soja e da Integração", importando, inclusive, na agilização dos transportes de cargas e no barateamento do custo final do frete;

III) A travessia a que fazemos alusão, aproveitaria o previsto estreitamento do Rio Paraná para a construção da Usina, antecipando assim, em quatro ou cinco anos, a ligação física entre o Paraná e Mato Grosso do Sul, hoje feita através de precário sistema de balsas.

Face ao exposto, REQUER ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República se digne determinar ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, que acolha os estudos para antecipação da travessia rodoviária do Rio Paraná elaborados pela ELETROSUL.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER seja enviado ao IPE, pedido de abertura de agências no interior do Estado, através da Secretaria de Administração.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do IPE - Instituto de Previdência do Estado, no sentido de que se faça a abertura de agências nos municípios de Lupionópolis, Campo do Tenente, São João do Triunfo, Quitandinha, Contenda e Tamboara.

Tal pedido se faz necessário para que estes municípios possam contar com o apoio do IPE, dando assistência ao funcionalismo estadual, visto que nestas localidades há carência de assistência do órgão.

Por estes motivos é que solicitamos a abertura dos escritórios, e temos certeza, nosso requerimento contará com o apoio dos ilustres Pares que compõem esta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) PAULO FURIATTI.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Gover-

nador, reivindicando que a SEFI realize concurso interno, de caráter seletivo, a nível de agente fiscal e independente do grau de escolaridade visando o aproveitamentos dos funcionários municipais e estagiários, lotados nas diversas Delegacias Regionais.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, que após ouvido o soberano plenário, encaminhe solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, apreciadas as razões que passa a expor:

1. É fato conhecido e incontestado a importância do trabalho desenvolvido pelos funcionários municipais e estagiários, que prestam serviços nas jurisdições das várias Delegacias Regionais da Receita, cumprindo de há muito um papel nada inferior àquele desempenhado pelos demais funcionários do Estado.

2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, exercem essas funções funcionários municipais de mais de quinze anos de trabalho, sem qualquer estabilidade e segurança, percebendo vencimentos irrisórios, o que em nada favorece um aprimoramento funcional, inclusive com a constante ameaça a cada mudança de política municipal.

3. Os próprios chefes das Agências de Rendas e até mesmo os Senhores Delegados Regionais, Assessores ou Inspectores, são testemunhas da capacidade, idoneidade e correção desta classe, o que, sem dúvida, instrui o mérito da presente reivindicação.

4. Com a finalidade de exemplificar o caráter emergencial desta medida a ser tomada, no caso específico da Delegacia Regional de Campo Mourão (12.<sup>a</sup>), de acordo com a comissão de funcionários municipais e estagiários ali estabelecida, há aproximadamente trinta pessoas nessas condições. Podemos, portanto, avaliar a gravidade do problema a nível estadual.

Considerando o exposto e dadas as insuportáveis condições em que se encontra a classe, solicitamos a Vossa Excelência uma tomada de posição com relação à realização, por parte da secretaria de Estado das Finanças, de um concurso interno, de caráter seletivo, a nível de Agente Fiscal, independente do grau de escolaridade, baseado na aptidão profissional.

Neste sentido, agradecendo antecipadamente às providências que se fizerem cabíveis no caso, entrego em vossas mãos as aspirações, justas, desta classe sofrida e preocupada com seus destinos e do Paraná.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da Emopar-Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que sejam reformadas as instalações da Escola estadual IV Centenário, localizada no Distrito do mesmo nome, pertencente à Municipalidade de Goioerê.

Trata-se de uma justa reivindicação, cuja iniciativa é da Digníssima Diretora do referido estabelecimento educacional, a Senhora Sílvia Pradine Moleiro, conforme correspondência enviada.

Atualmente, as instalações da Escola Estadual IV Centenário estão muito precárias, especialmente na parte elétrica, pois, os fios assim como os materiais de iluminação estão muito danificados, havendo grande risco de incêndio por curto circuito; os sanitários, há muito que não mais enquadram-se dentro dos padrões de higiene estabelecido a necessidade urgente de modificações; o telhado, também é outro problema muito sério, tendo em vista que o seu estado ruim, nos dias de chuva faz com que o ambiente das salas de aula e de expedientes apresentem diversos goteiramentos, fato que só tem contribuído para o agravamento das condições internas das mesmas.

Torna-se necessário atenções especiais para os problemas acima relatados objetivando a adoção de medidas capazes de por fim a tais situações, atendendo deste modo não somente a iniciativa formalizada pela sua direção escolar, mas também pelo conjunto do professorado, funcionários e estudantes que integram aquele importante estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, Nelson Miguel Friedrich e ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Telecomunicações do Paraná S/A., Gilberto Geraldo Garbi, solicitando a instalação de um aparelho telefônico público, no Hospital São Francisco da Fundação Médica Assistencial do Trabalhador

Rural de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

**JUSTIFICATIVA:**

Com a instalação de um aparelho telefônico público grande benefício será levado à coletividade, que com esse valioso meio de comunicação, viabilizará e muito seus contatos, haja visto a localização do Hospital em ponto estratégico da cidade, e, ainda mais, pelo grande número de pacientes por ele atendido.

Assim sendo, faço a presente reivindicação, certo de poder contar com a sensibilidade e apoio das autoridades competentes.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que sejam adotadas medidas objetivando alterar o Regulamento do Conselho da Polícia Civil, aprovado pelo Decreto n. 6.269, de 12 de dezembro de 1974.

O artigo 2.º do referido Regulamento trata da composição do Conselho da Polícia Civil, definindo os seus membros, tempo de mandato, e dá outras providências.

A participação de um membro, representante classista, naquele Conselho, é um sentido anseio e uma justa reivindicação dos Agentes, Detetives e Escrivões de Polícia, reinterada por suas entidades de classe.

Neste sentido, propomos ao Poder Executivo a alteração do citado artigo, com a inclusão no Conselho da Polícia Civil de um representante classista, escolhido pelo voto direto dos funcionários, com mandato de um ano e sem direito à recondução.

Consideramos extremamente oportuna semelhante alteração, não só por estar em conformidade com os legítimos anseios da Polícia Civil, como também, por contribuir decididamente para a construção de um governo realmente democrático e participativo, compromisso maior assumido nos palanques e firmado nas urnas em 1982.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) ROBERTO REQUIÃO e ANIBAL KHURY.

**REQUERIMENTO**

**SÚMULA:**

REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ RICHÁ, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, conforme exposto abaixo:

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscre-

ve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando a estadualização da estrada que liga o Município de Centenário do Sul ao Município de Mirassolva.

Sala das Sessões, em 10/08/84.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A estadualização da estrada que liga o Município de Centenário do Sul com o Município de Mirassolva, bem como a colocação no plano de obras prioritárias no setor de rodagens da Secretaria de Estado dos Transportes, para futura ligação asfáltica, em muito viria beneficiar uma grande população da região norte do Estado, que sofre com os maus tempos por se localizar numa região de grande produção agrícola e produtora de grandes divisas para o Estado.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, objetivando o apoio à Primeira Mini-Olimpiada Municipal que será desenvolvida na cidade de Iretama.

A municipalidade de Iretama possui, nos dias de hoje, uma população de aproximadamente vinte e cinco mil habitantes, cuja maioria reside nas áreas rurais existentes. Além do mais, existe um grande número de jovens, especialmente em idade escolar. Neste sentido, diante de tais características em termos de contingentes, a cidade de Iretama não dispõe de uma estrutura capaz de possibilitar o desenvolvimento esportivo no que diz respeito a locais apropriados.

A administração municipal da referida cidade, chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Humberto Gomes Martins, tem demonstrado sua preocupação ante a real necessidade de oferecer para a juventude de um modo especial condições para que a mesma possa praticar o desporto. Visando tal incentivo, a Prefeitura marcou para o dia 01 de outubro até o dia 31 do mesmo mês a primeira edição de uma Mini-Olimpiada Municipal, onde estão previstas a realização de inúmeras modalidades.

Torna-se imprescindível para tanto, que essa Secretaria de Estado dê o seu apoio nos seguintes aspectos:

- liberação de recursos financeiros para a recuperação de uma quadra existente na sede do Município;
- liberação de material esportivo para

a realização das competições;

- designação de juizes e técnicos para a coordenação e arbitramento dos jogos;
- apoio nas premiações.

Sem dúvida, que as pretendidas realizações esportivas em Iretama devem merecer todo respaldo, tendo em vista que há muito tempo não se verifica uma atenção mais à altura daquela população.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Presidente do Banco do Brasil S.A., Senhor Doutor Osvaldo Collin, encarregando providências no sentido de transformar o Posto Avançado do citado Banco, em Agência, na cidade de Boa Esperança, neste Estado.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

O Posto Avançado que pretendemos transformar em Agência, foi o primeiro a ser instalado na Micro-Região 12, justamente porque o Município de Boa Esperança reunia todas as condições sócio-econômicas para receber tal benefício e conseqüentemente dar movimentação adequada à entidade bancária de forma que a mesma funcionasse com eficácia, que até hoje é um dos maiores da região.

Boa Esperança, é um município essencialmente agrícola e possuidor de uma invejável produção. O posto de recepção da Cooperativa Agropecuária Mourãoense - OCA-MO, é um dos mais movimentados, exceptuando a matriz, pois, a comercialização de grãos e outros produtos agrícolas faz com que o Posto Avançado, atualmente se torne demasiadamente pequeno para atender a demanda dos nossos agricultores.

Justificamos também pelo fato de que não obstante este Posto ser o primeiro instalado na região, todos os outros que vieram após, já foram transformados em Agências, mesmo possuindo movimento menor.

Assim sendo, pela limitação das operações financeiras, os nossos agricultores de grande porte vêm-se obrigados a se deslocarem para outros municípios, o que sem dúvida nenhuma, traz prejuízo para Boa Esperança.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição nos Anais deste Poder, do artigo sob o título "Sarney pela

Oposição: Escárnio, aberração", publicado pelo jornal "O Estado de São Paulo", em sua edição de 02 de agosto passado, de autoria do jornalista Mauro Chaves.

Da decisão plenária, requeiro, se dê ciência ao jornalista Júlio de Mesquita Neto, diretor responsável pelo "O Estado de São Paulo" e ao jornalista Mauro Chaves.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REGIMENTO INTERNO

#### RESOLUÇÕES A SEREM REVOGADAS (artigo n.º 244)

#### RESOLUÇÃO N.º 2/68

Data: 6 de fevereiro de 1968.

Súmula: Envia ao Governador do Estado para fins do Artigo 29 da Constituição Estadual, Projetos de Lei, de iniciativa do Poder Legislativo quando concluída a votação e acompanhados do resumo de suas justificativas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Os Projetos de Lei, de iniciativa da Assembléia Legislativa, serão enviados à Sanção acompanhados do resumo das respectivas justificativas.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06/02/68.

(a) JOÃO MANSUR  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 13/68

Data: 29 de maio de 1968.

Súmula: Acresce ao Artigo 39 do Regimento Interno, o Inciso "XIII - TURISMO", e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O artigo 39, do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso:

"XIII - TURISMO".

Art. 2.º - A Comissão de Turismo compete manifestar-se sobre os projetos de lei relacionados com o turismo, em nosso Estado, opinando naqueles relativos a incentivos fiscais ou concessão de serviços públicos referente ao turismo.

Parágrafo único - A Comissão de Turismo procederá a estudos para a implantação do turismo em moldes definitivos em nosso

Estado, mediante a constituição de uma empresa de Economia Mista destinada a incentivar, amparar e desenvolver o turismo em todas as suas modalidades.

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29/05/68.

(a) ERONDY SILVÉRIO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 21/68

Data: 30 de setembro de 1968.

Súmula: Acresce ao Art. 73, do Regimento Interno o parágrafo que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O Art. 73, do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Parágrafo único - O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal".

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30/07/68.

(a) ERONDY SILVÉRIO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 9/69

Data: 18 de junho de 1969.

Súmula: Disciplina o desconto da diária dos subsídios dos Deputados quando a falta à sessão decorrer do desempenho de missão oficial.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Não será descontada dos subsídios do Deputado a diária correspondente ao comparecimento, se a falta à sessão decorrer do desempenho de missão oficial.

Parágrafo único - As despesas feitas, em razão da missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 2.º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 18/06/69.

(a) ARMANDO QUEIROZ DE MORAES  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 23/69

Data: 10 de setembro de 1969.

Súmula: Acresce dos parágrafos que especifica o Artigo 77, do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O art. 77 do Regimento Interno, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

"§ 1.º - O Presidente destinará a Hora do Expediente, das sessões imediatamente anteriores a 31 de março (Revolução de Março), 21 de abril (Tiradentes), 22 de abril (Descobrimento do Brasil), 11 de junho (Batalha do Riachuelo), 25 de agosto (Dia do Soldado), 15 de novembro (Proclamação da República), 19 de novembro (Dia da Bandeira), e 19 de dezembro (Emancipação Política do Paraná), designando orador com antecedência, para o fim exclusivo de comemorar as referidas datas.

§ 2.º - Durante a "Semana da Pátria", o Presidente convocará sessão extraordinária, para a comemoração solene do dia 7 de setembro (Independência do Brasil)."

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/09/69.

(a) ARMANDO QUEIROZ DE MORAES  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 81/69

Data: 3 de dezembro de 1969.

Súmula: Dá nova redação ao Artigo 194 do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

O Caput do Art. 194 do Regimento Interno passa a ter a seguinte redação:

"Art. 194 - O subsídio é dividido em parte fixa e variável. A parte fixa será paga em parcelas mensais indivisíveis e insuscetíveis de descontos, a título de representação; a variável corresponderá a uma quantia mensal divisível em trinta (30) diárias, e dela se deduzirão as faltas de comparecimentos e as ausências à votação".

Palácio "19 de Dezembro" em 03/12/69.

(a) ARMANDO QUEIROZ DE MORAES  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 01/70

Data: 27 de fevereiro de 1970.

Súmula: Dispõe sobre a realização de Sessões pela Assembléia Legislativa, em local diverso, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte

## Resolução:

Art. 1.º -- A Assembléia Legislativa do Estado poderá, em caráter excepcional, realizar sessões em local diverso da Capital.

Art. 2.º - Para o fim de que trata o artigo primeiro, o requerimento deverá ser apresentado devidamente fundamentado e subscrito, no mínimo, por um terço (1/3) dos membros da Assembléia.

Parágrafo único - O requerimento somente será considerado aprovado se obtiver o voto favorável de dois terços (2/3) dos membros da Assembléia (parágrafo único, art. 24, da Constituição do Estado).

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", 27/02/70.

(a) ARMANDO QUEIROZ DE MORAES  
Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 02/71

Data: 06 de maio de 1971.

Súmula: Dá nova redação ao Título IV, Capítulo Único, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O Título IV - Da Emenda à Constituição - Capítulo Único - Da Elaboração, do Regimento Interno, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 197 - Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três (3) dias para o oferecimento de emendas.

Art. 198 - A Assembléia constituirá Comissão Especial, composta de cinco (5) membros, com prazo de vinte (20) dias, destinada a opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 199 - Recebido e publicado o Parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

§ 1.º - A votação será feita pelo processo simbólico, considerando-se aprovada a proposta ou emenda que obtiver dois terços dos votos dos membros da Assembléia.

§ 2.º - Durante a discussão os Deputados poderão falar uma única vez, pelo prazo de trinta (30) minutos e pelo prazo de dez (10) minutos, para encaminhamento da votação.

§ 3.º - Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

§ 4.º - Aprovada a redação final será a

Emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem".

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 06/05/71.

(a) WILSON FORTES  
Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 05/71

Data: 30 de junho de 1971.

Súmula: Dá nova redação ao Art. 26, do Regimento Interno, mantendo o seu parágrafo único.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O art. 26, do Regimento Interno, mantido o seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26 - O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate, ou nos de escrutínio secreto".

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 30/06/71.

(a) WILSON FORTES  
Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 26/72

Data: 16 de agosto de 1972.

Súmula: Dispõe sobre a realização dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado, até 17 de novembro de 1972.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Os trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado, até 17 de novembro de 1972, serão realizados com alternância semanal de sessões plenárias e reuniões das comissões.

Art. 2.º - A semana que se seguir à data desta Resolução, será destinada às sessões plenárias.

Art. 3.º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "19 de Dezembro", em 16/08/72.

(a) WILSON FORTES  
Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 33/72

Data: 28 de setembro de 1972.

Súmula: Dá nova redação ao artigo 1.º da Resolução n.º 2/66, de outubro de 1966.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O art. 1.º da Resolução n.º 2/66, de 05 de outubro de 1966, passa a ter a vigência seguinte:

"Art. 1.º - A deliberação da Assembléia Legislativa sobre o nome proposto pelo Governador do Estado, para o cargo de Prefeito da Capital, nos termos do art. 104, inciso I, da Constituição Estadual, obedecerá o procedimento estabelecido na presente Resolução".

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 28/09/72.

(a) WILSON FORTES  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 37/73

Data: 27 de setembro de 1973.

Súmula: Transfere ao Departamento Legislativo, a Secção de Autografia e suprime o item VII, do Artigo 28 do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - A Secção de Autografia, do Departamento Administrativo, com a competência definida pela alínea "a", inciso I, do artigo 13, do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, passa a integrar o Departamento Legislativo, com subordinação à Divisão de Ordem do Dia e Autografia.

Art. 2.º - Fica criada a Divisão de Ordem do Dia e Autografia, compreendendo duas Secções:

- a) Secção de Ordem do Dia e
- b) Secção de Autografia.

Art. 3.º - Fica suprimido o item VII, do artigo 28, do Regimento Interno, cujo texto consolidado foi aprovado pela Resolução n.º 11, de 16 de dezembro de 1960, cuja atribuição será designada ao Diretor do Departamento Legislativo.

Art. 4.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 27/09/73.

(a) JOÃO MANSUR  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 35/74

Data: 04 de dezembro de 1974.

Súmula: Eleva os Subsídios dos Deputados Estaduais para a 8.ª Legislatura na forma que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos Termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Os subsídios dos Deputados Estaduais, para a 8.ª Legislatura, nas suas partes fixa e variável, bem como as ajudas de custo, ficam fixados em 2/3 (dois terços) dos subsídios e ajudas de custo pagos aos Deputados Federais, nos termos do artigo 22, item II, da Constituição do Estado, artigo 13, item VI, da Constituição Federal.

Parágrafo único - Os valores dos subsídios e da ajuda de custo serão reajustados, por ato da Mesa, sempre que ocorra alteração dos atribuídos aos Membros do Congresso Nacional.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 04/12/74.

(a) JOÃO MANSUR  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 21/75

Data: 28 de maio de 1975.

Súmula: Acresce incisos que especifica, ao Artigo 39 do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O artigo 39 do Regimento Interno, fica acrescido dos seguintes incisos:

- "Art. 39 - .....  
XIV - Recursos Humanos;  
XV - Ecologia e Meio Ambiente".

Art. 2.º - A Comissão de Recursos Humanos, compete manifestar-se sobre os projetos de lei relacionados com as atividades de administração de pessoal, obtenção, manutenção e desenvolvimento de recursos humanos para a administração direta e autárquica.

Art. 3.º - A Comissão de Ecologia e Meio ambiente, compete manifestar-se sobre os projetos de lei que tratem de matéria que diga respeito à manutenção da ecologia e preservação do meio ambiente.

Art. 4.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 28/05/75.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 45/76

Data: 11 de junho de 1976.

Súmula: Dá nova redação e acrescenta incisos à alínea "c" do artigo 1.º, da

## Resolução n.º 09/67, de 07/06/67.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - A alínea "c", do artigo 1.º, da Resolução n.º 09/67, de 07 de junho de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c - 60 (sessenta) minutos, no máximo, destinados às Lideranças de bancadas partidárias e oradores inscritos ou, à falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

I - Os 30 (trinta) minutos finais, divididos equitativamente, serão atribuídos aos Líderes, cabendo uso inicial da palavra àquele que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

II - Aos Líderes de bancadas é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra.

III - Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes o uso da palavra ou a indicação de membro da respectiva bancada para fazê-lo.

IV - À falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores".

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 11/06/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 49/76

Data: 18 de junho de 1976.

Súmula: Dá nova redação aos artigos 39 e 51 do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O Artigo 39 e seu parágrafo único, do Regimento Interno, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 - As Comissões Permanentes são 16 (dezesesseis):

- I - Executiva;
- II - Constituição e Justiça;
- III - Finanças;
- IV - Orçamento;
- V - Agricultura;
- VI - Indústria e Comércio;
- VII - Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- VIII - Instrução Pública;
- IX - Terras, Imigração e Colonização;

- X - Polícia;
- XI - Saúde Pública;
- XII - Redação;
- XIII - Tomada de Contas;
- XIV - Turismo;
- XV - Recursos Humanos;
- XVI - Ecologia e Meio Ambiente.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes compõem-se de 7 (sete) membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa e a de Constituição e Justiça que terá 11 (onze) Membros".

Art. 2.º - O artigo 51, do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51 - A Comissão de Agricultura compete manifestar-se sobre assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e as matérias pertinentes à agropecuária do Estado; a Comissão de Indústria e Comércio compete manifestar-se sobre projetos e matérias que digam respeito ao desenvolvimento econômico e aos assuntos pertinentes à indústria e ao comércio do Estado".

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 18/06/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 327/77

Data: 02 de dezembro de 1977.

Súmula: Dispõe sobre as Sessões Extraordinárias desta Assembléia Legislativa, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte resolução:

Art. 1.º - A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I - pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II - pelos líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação de Plenário.

§ 1.º - Não poderão ser convocadas mais de 2 (duas) Sessões Extraordinárias entre 2 (duas) Ordinárias.

§ 2.º - O disposto no parágrafo anterior não prevalecerá no caso de apreciação de proposição em regime de urgência.

§ 3.º - A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dias ou horas diversas das prefixadas para as Ordinárias.

§ 4.º - A Sessão Extraordinária poderá ser convocada, nos termos dos incisos I e II deste artigo, para se realizar no plenário de qualquer uma das Comissões Permanentes.

Art. 2.º - Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comu-

nica-lo-á aos Deputados em Sessão.

Parágrafo único - Se ocorrerem circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará as providências que julgar necessárias.

Art. 3.º - A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo único - O tempo destinado à Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 4.º - A Assembléia Legislativa realizará, no mínimo, 8 (oito) Sessões Extraordinárias por mês, nas Comissões Permanentes.

§ 1.º - A remuneração do Deputado pelo comparecimento efetivo a essas Sessões Extraordinárias, será paga na forma estabelecida pela Constituição Estadual.

§ 2.º - No recesso parlamentar, a parte variável dos subsídios será devida segundo a média recebida pelo Deputado durante a Sessão Legislativa.

Art. 5.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 02/12/77.

(a) IVO THOMAZONI  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 109/79

Data: 24 de abril de 1979.

Súmula: Dá nova redação ao parágrafo único do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O parágrafo único, do artigo 39 do Regimento Interno, modificado pela Resolução n.º 49/76, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 - .....

Parágrafo único - As Comissões Permanentes compõem-se de 7 (sete) Membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa e a de Constituição e Justiça que terá 13 (treze) Membros".

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 24/04/79.

(a) FABIANO BRAGA CORTES  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 120/79

Data: 22 de maio de 1979.

Súmula: Acresce inciso que especifica ao artigo 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, de 18/06/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 2.º da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O artigo 39, do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, de 18 de junho de 1976, fica acrescido do inciso seguinte:

Art.39-.....  
XVII - Cultura e Esportes.

Art. 2.º - A Comissão de Cultura e Esportes é competente para opinar sobre matéria cultural ou esportiva, cabendo-lhe, também, difundir e estimular iniciativas e realizações desses setores de atividade.

Art.3.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em  
22 de maio de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CORTES  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 167/79

Data: 31 de agosto de 1979.

SÚMULA: Dá nova redação ao inciso X do Artigo 39, e ao Artigo 55 do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art.1.º - O inciso X, do artigo 39, do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, de 18 de junho de 1976, passa a ter a seguinte redação:

"Art.39 - .....

X - Segurança Pública.

Art. 2.º - O artigo 55, do Regimento Interno passa a ter a seguinte redação:

"Art.55 - A Comissão de Segurança Pública compete opinar sobre assuntos referentes à Polícia Militar do Estado e à Polícia Civil, assim como sobre todos os assuntos que interessem à ordem e segurança pública".

Art.3.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro,  
em 31 de agosto de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CORTES  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 168/79

Data: 31 de agosto de 1979.

SÚMULA: Acrescenta parágrafo com redação que especifica, ao Artigo 77 do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 29 da Constituição Federal, a seguinte Resolução:

Art.1.º - O artigo 77 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 23/69, de 10 de setembro de 1969, fica acrescido do seguinte parágrafo:

§ 3.º - O presidente destinará a Hora do Expediente da primeira sessão ordinária do mês de dezembro à comemoração do "Dia Universal dos Direitos Humanos", cabendo aos líderes de bancadas indicar os oradores".

Art.2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro",  
em 31 de agosto de 1979.

FABIANO BRAGA CORTES  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 229/79.

Data: 23 de novembro de 1979.

SÚMULA: Dá nova redação ao Artigo 155, do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art.1.º - O artigo 155, do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

"Art.155 - Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de 30 (trinta) minutos".

Art.2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro",  
em 23 de novembro de 1979.

FABIANO BRAGA CORTES  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 1/80

Data: 19 de maio de 1980.

SÚMULA: Dá nova redação ao Art.73 do Regimento Interno, mantido o Parágrafo Único que lhe foi acrescido pela Resolução n.º 21/68, de 30/09/68 passando a vigorar como específica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art.1.º - O artigo 73 do Regimento Interno, mantido o parágrafo único que lhe foi acrescido pela Resolução n.º 21/68, de 30/09/68, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.73 - As sessões ordinárias terão início às 14,30 horas e durarão, no máximo, 4:30 horas".

Art.2.º - A duração do expediente das sessões ordinárias será de 2:30 horas, assim distribuídas:

a) - 30 (trinta) minutos para discussão e votação da Ata da sessão anterior, leitura

do Expediente, dos Pareceres das Comissões, dos Projetos, Indicações e Requerimentos que se acharem sobre a mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1.º Secretário e mandada publicar;

b) - 30 (trinta) minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder o prazo improrrogável de 5 (cinco) minutos, sendo proibido apartes;

c) - 90 (noventa) minutos, improrrogáveis, destinados às Lideranças de bancadas partidárias e oradores inscritos ou na falta destes, a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

I- os 30 (trinta) minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra;

II- a hora final, dividida equitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo uso inicial da palavra àquele que pertencer à mesma bancada do orador antecedente;

III- aos Líderes de bancada é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra;

IV- ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes o uso da palavra ou a indicação de Membro da bancada para fazê-lo;

V- à falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores.

Art.3.º - Ficam revogadas a Resolução n.º 09/67, de 07/06/67 e a Resolução n.º 45/76, de 11/06/76.

Art.4.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro",  
em 19 de maio de 1980.

FABIANO BRAGA CORTES  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 42/81

Data: 15 de outubro de 1981.

SÚMULA: Dá nova redação ao Artigo 39 e seu inciso VIII e ao Artigo 52, do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art.1.º - O artigo 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, passa a vigorar, em seu inciso VIII, com a seguinte redação:

"Art. 39.....  
I .....  
II.....

VIII - Educação;"

Art.2.º - O artigo 52 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.52. A Comissão de Educação compete opinar sobre todos os assuntos concernentes à educação e à instrução, pública e particular."

Art.3.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro",  
em 15 de outubro de 1981.

JOÃO MANSUR  
Presidente.

RESOLUÇÃO N.º 43/81

Data: 15 de outubro de 1981.

SÚMULA: Altera os parágrafos 5.º e 9.º do Art. 14, do Regimento Interno, (Das licenças para tratamento de saúde dos Deputados), que passa a vigorar conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art.1.º - O paragrafo 5.º do artigo 14, do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.º - .....

§ 5.º - A Mesa convocará suplente da Legenda que tiver sido eleito o Deputado, quando este for licenciado por 120 (cento e vinte) ou mais dias, e deverá fazê-lo no dia da concessão. A licença não poderá ser renunciada pelo Deputado que a estiver fruindo antes do decurso de 2/3 (dois terços) do prazo pelo qual tiver sido concedida."

Art.2.º - O parágrafo 9.º - do artigo 14 do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 9.º - Ao Deputado licenciado para tratamento de saúde serão pagas as partes fixa e variável do subsídio, vedando-se qualquer outro recebimento sob qualquer título."

Art.3.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro",  
em 15 de outubro de 1981.

RESOLUÇÃO N.º 30/83

Data: 30 de junho de 1983.

SÚMULA: Acresce de mais um inciso o artigo 39, do Regimento Interno, criando a Comissão de Direitos Humanos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art.1.º - O artigo 39, do Regimento In-

terno, fica acrescido de mais um inciso:

"Art. 39 .....

XX - Comissão de Direitos Humanos".

Art.2.º - A Comissão de Direitos Humanos compete:

a) - manifestar-se sobre todos os atos e assuntos que digam respeito a direitos humanos;

b) - acompanhar e propor medidas em assuntos que visem defender ou melhorar as condições de direitos elementares da pessoa humana.

Art.3.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro",  
em 30 de junho de 1983.

TRAJANO BASTOS

Presidente

RESOLUÇÃO N.º 34/83

Data: 30 de junho de 1983.

SÚMULA: Acresce o artigo 39, do Regimento Interno, do inciso que especifica, criando a Comissão de Reivindicações Populares.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art.1.º - O artigo 39, do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso:

"Art. 39 .....

XIX - Comissão de Reivindicações Populares".

Art.2.º - A Comissão de Reivindicações Populares compete:

I- conceder audiências públicas semanais a pessoa física, maior de 18 anos, eleitor que tenha votado no último pleito ou a representantes de pessoas jurídicas, legalmente credenciadas;

II- registrar as reivindicações pertinentes, resumidamente, bem como juntar a documentação eventualmente apresentada;

III- receber reivindicações encaminhadas por escrito de qualquer parte do território do Estado;

IV- converter a matéria em projeto, requerimento de informações ou de apelo a autoridade competente ou sugerir a medida cabível, segundo a natureza do seu conteúdo;

V- divulgar amplamente o local e o horário das audiências, que deverão facilitar a participação dos interessados e o acesso do público em geral;

VI- designar relator, pelo sistema de rodízio e na ordem de entrada, para formalizar a matéria dentro dos prazos regimentais; esgotados estes sem providência, será designado novo relator para em quarenta e oito horas opinar conclusivamente;

VII- publicar semanalmente em edital, afixado em painel exclusivo, a relação das matérias e respectivos relatores e, quando

decidido o encaminhamento, dar ciência às partes interessadas;

VIII- as audiências públicas somente poderão ser abertas com a presença de maioria absoluta dos membros da Comissão;

IX - as reuniões ordinárias de exame e deliberação obedecem o rito estabelecido no Regimento Interno;

X - o deslocamento para fora da Capital depende de aprovação da Assembléia, à vista de solicitação fundamentada e subscrita pela totalidade dos membros da Comissão.

Art.3.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro",  
em 30 de junho de 1983

TRAJANO BASTOS  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 35/83

DATA: 30 de junho de 1983.

SÚMULA: Dá nova redação ao parágrafo único do Art.39 do Regimento Interno, alterando o número de membros da Comissão de Constituição e Justiça.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art.1.º O parágrafo único do artigo 39 do Regimento Interno, modificado pelas Resoluções n.ºs 49/76 e 109/79, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 - .....

Parágrafo único. As comissões Permanentes compõe-se de 7 (sete) membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa, e a de Constituição e Justiça que terá 14 (quatorze) membros."

Art.2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro",  
em 30 de junho de 1983.

TRAJANO BASTOS  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 11/64

DATA: 14 de Dezembro de 1964.

SÚMULA: Dá nova redação ao art.79, do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art.1.º - O art.79, do Regimento Interno, mantidos os seus parágrafos, passa a ter a redação seguinte:

"Art.79 - à hora de início da sessão, verificando-se a presença de no mínimo um terço dos membros da Assembléia Legislativa, o Presidente dizendo: "Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos",

declarará aberta a sessão, sendo lida e posta em discussão a ata da sessão anterior e, não havendo restrição à mesma, será dada por aprovada".

Art.2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/12/64.

(a) ANTÔNIO FERREIRA RÜPPEL - Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 9/67

Data: 7 de junho de 1967.

SÚMULA: Fixa em duas (2) horas a duração do expediente, como especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art.1.º - O tempo de duração do expediente será de duas (2) horas assim distribuídas:

a) trinta (30) minutos, no máximo, para discussão e votação da Ata da Sessão anterior, leitura do Expediente, dos pareceres das Comissões, dos Projetos, Indicações e Requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar em avulso e no órgão da Assembléia. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1.º Secretário e mandada publicar;

b) trinta (30) minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo o orador exceder o prazo improrrogável de 5 (cinco) minutos, proibidos os apartes;

c) sessenta (60) minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

Art.2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07/06/67.

(a) JOÃO MANSUR - Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 45/76

Data: 11 de junho de 1976.

SÚMULA: Dá nova Redação e acrescenta incisos, à alínea "C" do artigo 1.º, da Resolução n.º 9/67, de 07/06/67.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art.1.º A alínea "C", do artigo 1.º, da Resolução n.º 9/67, de 07 de junho de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) 60 (sessenta) minutos, no máximo, destinados às lideranças de bancadas partidárias e oradores inscritos ou, à falta destes aos que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

I- Os 30 (trinta) minutos finais, divididos equitativamente, serão atribuídos aos líderes, cabendo uso inicial da pala-

vra àquele que pertencer à mesma bancada do orador, cedente.

II- Aos líderes de bancadas, é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra.

III- Ausente o líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes, o uso da palavra ou a indicação de membro da respectiva bancada para fazê-lo.

IV- A falta dos líderes e vice-líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores".

Art.2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro",  
em 11 de junho de 1976.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente.

#### RESOLUÇÃO N.º 2/66

Data: 5 de outubro de 1966.

SÚMULA: Estabelece normas para deliberar a Assembleia Legislativa, sobre o nome proposto pelo Governo ao cargo de Prefeito de Curitiba, nos termos do Art.4.º do Ato Institucional n.º 3, de 5 de fevereiro de 1966.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art.1.º - A deliberação da Assembleia Legislativa sobre o nome proposto pelo Governador, para o cargo de prefeito de Curitiba, nos termos do art.4.º, do Ato Institucional n.º 3, de 5 de fevereiro de 1966, obedecerá o procedimento estabelecido na presente Resolução.

Art.2.º - Recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco (5) membros, assegurada a representação proporcional, prevista no art.17, da Constituição, para, no prazo de três (3) dias, opinar.

Parágrafo único - A comissão poderá ouvir o indicado, em sessão reservada.

Art.3.º - Recebido o parecer, a Mesa convocará sessão especial, dentro de quarenta e oito (48) horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art.4.º - A Assembleia deliberará em discussão única, por maioria dos presentes, em votação secreta.

Art.5.º - Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento da votação, respectivamente.

Art.6.º - Durante a discussão, cada deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de 15 minutos.

Art.7.º - No encaminhamento da votação, poderá qualquer deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de 10 minutos.

Art.8.º - Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a dois minutos e não serão admitidos durante encaminhamento da votação.

Art.9.º - As questões de ordem são reguladas pelo Regimento Interno.

Art.10 - A Assembleia comunicará ao Governador, dentro de 24 horas, o resultado da deliberação.

Art.11 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/10/66.

(a) ANTÔNIO FERREIRA RÜPPEL - Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 33/72

Data: 28 de setembro de 1972.

SÚMULA: Dá nova redação ao artigo 1.º da Resolução n.º 2/66, de outubro de 1966.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art.1.º - O art.1.º da Resolução n.º 2/66, de 5 de outubro de 1966, passa a ter a vigência seguinte:

"Art.1.º - A deliberação da Assembleia Legislativa sobre o nome proposto pelo governador do Estado, para o cargo de Prefeito da Capital, nos termos do art.104, inciso I, da Constituição Estadual, obedecerá o procedimento estabelecido na presente Resolução."

Art.2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro",  
em 28 de setembro de 1972.

(a) WILSON FORTES - Presidente.

#### RESOLUÇÃO N.º 17/67

Data: 11 de outubro de 1967.

SÚMULA: Dá nova redação ao Capítulo IV do Regimento Interno. (Modifica tramitação da Proposta Orçamentária).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

O CAPÍTULO IV DO REGIMENTO INTERNO,  
PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

Art.1.º - Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da sessão, determinando, em seguida, a sua publicação (em Avulso) e remessa à Comissão de Orçamento.

Art.2.º - Durante 10 (dez) dias, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto ficará ele, na Comissão de Orçamento, aguardando a apresentação de emenda.

Art.3.º - Escoado o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão de Orçamento determinará a classificação, numera-

ção e publicação das emendas, no prazo máximo de sete (7) dias, negando tramitação àquelas de que decorra aumento da despesa global ou de cada órgão, projeto ou programa, ou as que visem a modificar o seu montante, natureza e objetivo.

Parágrafo único - os despachos denegatórios de trâmites às emendas serão comunicados aos seus autores no prazo de 48 horas, os quais poderão interpor recurso por escrito, para o Plenário da Comissão de Orçamento, nas 48 horas seguintes.

Art.4.º - O Presidente da Comissão de Orçamento poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores parciais e um geral, incumbido da coordenação e condensação, das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo único - Fica assegurado, ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária, o direito de apresentar juntamente com o parecer, emendas decorrentes do exame feito sobre o projeto e emendas.

Art.5.º - A Comissão de Orçamento terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e emendas.

Art.6.º - Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas, não se concederá vista a nenhum membro da Comissão.

Parágrafo único - Durante a discussão do parecer, poderá usar da palavra, qualquer membro da Comissão por dez minutos improrrogáveis; aos demais Deputados só será permitido usar a palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar por prazo não superior a quinze minutos.

Art.7.º - A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos membros da Assembleia Legislativa requiera, por escrito, ao Presidente, a votação em plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art.8.º - O Governador do Estado, poderá enviar mensagem propondo retificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo único - Recebida a mensagem, o Presidente da Assembleia Legislativa acertará com o Presidente da Comissão de Orçamento e o relator, prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de Orçamento a respeito da retificação, proposta, bem como para a sua apreciação em Plenário.

Art.9.º - Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, observado o interstício de 48 horas, será o projeto incluído na Ordem

do Dia para 1.ª discussão e votação.

Parágrafo único - Votado o projeto de 1.ª discussão, respeitado o interstício de 48 horas, será ele dado à 2.ª discussão na qual serão também apreciadas as emendas objeto do requerimento de que trata o artigo 7.º.

Art.10 - Concluída a 2.ª votação, projeto e emendas aprovadas serão devolvidos à Comissão que o redigirá, no prazo de cinco dias, de acordo com o ponto de vista vencedor para a 3.ª e última votação.

Art.11 - Aprovado em 3.ª discussão será o projeto enviado à sanção governamental.

Art.12 - Rejeitado o projeto da lei orçamentária ou escoado o prazo de dois meses sem a sua aprovação, o Presidente da Assembleia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

Art.13 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/10/67.

(a) JOÃO MANSUR - Presidente.

#### RESOLUÇÃO N.º 2/68

Data: 6 de fevereiro de 1968.

SÚMULA: Envia ao Governador do Estado para fins do Art.29 da Constituição Estadual, Projetos de Lei, de iniciativa do Poder Legislativo quando concluída a votação e acompanhados do resumo de suas justificativas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art.1.º - Os Projetos de Lei, de iniciativa da Assembleia Legislativa, serão enviados à Sanção acompanhados do resumo das respectivas justificativas.

Art.2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06/02/68.

(a) JOÃO MANSUR - Presidente.

#### RESOLUÇÃO N.º 13/68

Data: 29 de maio de 1968.

SÚMULA: Acresce ao artigo 39 do Regimento Interno, o Inciso "XIII - TURISMO", e dá outras providências.

A Assembleia legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art.1.º - O artigo 39 do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso: "XIII - TURISMO."

Art.2.º - À Comissão de Turismo compete manifestar-se sobre os Projetos de Lei relacionados com o turismo, em nosso Estado, opinando naqueles relativos a incentivos fiscais ou concessão de serviços públicos referentes ao turismo.

Parágrafo único - A Comissão de Turismo procederá a estudos para a implantação do turismo em moldes definitivos em nosso estado, mediante a constituição de uma empresa de Economia Mista destinada a incentivar, a amparar e desenvolver o turismo em todas as suas modalidades.

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29/05/68.

(a) ERONDY SILVÉRIO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 40/80

Data: 16 de setembro de 1980.

Súmula: Proíbe o porte de arma, de qualquer espécie, nos edifícios da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O artigo 119 do Regimento Interno passa a vigorar com o seguinte § 5.º:

"Art. 119 - .....

§ 5.º - Fica proibido o porte de arma de qualquer espécie no recinto do plenário."

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 16/09/80.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 71/80

Data: 23 de dezembro de 1980.

Súmula: Altera os artigos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa (Comissões Permanentes).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O Art. 58 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58 - À Comissão de Redação compete elaborar a Redação Final dos Projetos e Emendas, não atribuídas por este Regimento a outras Comissões Técnicas."

Art. 2.º - Os sessenta e cinco cargos de provimento efetivo, atualmente vagos, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, mantidos os valores dos respectivos vencimentos, são transformados em empregos, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho e opção obrigatória pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, na forma do quadro constante do Anexo I, des-

ta Resolução.

Art. 3.º - A jornada de trabalho do pessoal contratado para os empregos referidos no artigo anterior será de quarenta horas semanais, sendo de oito horas a jornada diária.

Art. 4.º - Cada Deputado terá direito a um funcionário contratado nos termos desta Resolução, para prestar serviços em seu gabinete, até o final de cada Legislatura.

§ 1.º - O suplente que, em caráter provisório, se investir no exercício do mandato, não poderá substituir o funcionário contratado.

§ 2.º - Ao suplente em exercício, nesta data, caberá indicar o funcionário, que poderá ou não ser conservado pelo titular da cadeira, quando reassumir.

Art. 5.º - O ocupante do emprego poderá ter seu contrato rescindido a qualquer momento, se assim convir ao Deputado junto ao qual servir, e que encaminhará ao Primeiro Secretário a respectiva solicitação.

Parágrafo único - O ocupante do emprego não vinculado a Gabinete de Deputado poderá ter igualmente seu contrato rescindido por proposta da Administração.

Art. 6.º - A Admissão nos empregos depende de aprovação em teste seletivo, de acordo com regulamentação.

Art. 7.º - Entre as condições para a contratação, exigir-se-á do candidato a idade mínima de 18 anos, quitação com o serviço militar, título de eleitor e habilitação para a função a ser desempenhada.

Art. 8.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 23/12/80.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 26/81

Data: 17 de agosto de 1981.

Súmula: Acresce inciso que especifica o artigo 39 do Regimento Interno. (Comissão de Defesa ao Consumidor).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O artigo 39, do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso:

"Art. 39 - .....  
XVIII - Defesa do Consumidor".

Art. 2.º - À Comissão de Defesa do Consumidor compete opinar sobre matérias atinentes à defesa do consumidor, bem como estimular e promover iniciativas com os setores da comunidade visando o desempenho das suas atividades.

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 17/08/81.

(a) JOÃO MANSUR  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N.º 37/81

Data: 16 de setembro de 1981.

Súmula: Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa (antecipando para quinta-feira, a Sessão Ordinária de sexta-feira).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O artigo 73, do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 73 - As Sessões Ordinárias terão início às 14:30 horas e durarão, no máximo, 4:30 horas.

§ 1.º - O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar Sessões Ordinárias para o período matinal.

§ 2.º - A Sessão Ordinária de sexta-feira poderá ser antecipada para quinta-feira, após a respectiva Sessão Ordinária, mediante convocação do Presidente como Sessão Extraordinária".

Art. 2.º - O parágrafo 3.º, do artigo 194, do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 194 - .....

§ 1.º - .....

§ 2.º - .....

§ 3.º - A Mesa poderá mandar abonar até 3 (três) faltas por mês do Deputado que justifique a sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento de votação".

Art. 3.º - As Sessões Solenes para entrega de títulos honoríficos e de benemérita, concedidos por esta Casa, somente poderão ser marcadas após aprovação do Plenário através de proposição apresentada por Deputado ou pela Comissão Executiva.

Art. 4.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 16/09/81.

(a) JOÃO MANSUR  
Presidente

#### REGIMENTO INTERNO

##### ÍNDICE

##### TÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I - Da Sede

Capítulo II - Das Sessões Preparatórias

##### TÍTULO II

##### DOS DEPUTADOS

Capítulo I - Dos Líderes

Capítulo II - Da Licença

Capítulo III - Do Subsídio e da Ajuda de Custo

Capítulo IV - Da Extinção e da Perda do Mandato

Capítulo V - Da Convocação do Suplente

##### TÍTULO III

##### DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA

Capítulo I - Da Mesa

Seção I - do Presidente

Seção II - dos Vice-Presidentes

Seção III - dos Secretários

Capítulo II - Das Comissões

Seção I - Disposições Gerais

Seção II - Das Comissões Permanentes e sua Competência

Seção III - Das Comissões Temporárias

Seção IV - Das Reuniões

Seção V - Dos Trabalhos

Seção VI - Da Presidência

Seção VII - Dos Pareceres

Seção VIII - Das Vagas e Impedimentos

##### TÍTULO IV

##### DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA

Capítulo I - Das Sessões

Seção I - Das Sessões Públicas

Seção II - Das Sessões Secretas

Seção III - Da Audiência dos Secretários de Estado

Seção IV - Da Ordem do Dia

Capítulo II - Das Questões de Ordem

Capítulo III - Da Ordem Interna

Capítulo IV - Das Atas

##### TÍTULO V

##### DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

Capítulo I - Das Proposições em Geral

Seção I - Dos Projetos

Seção II - Das Indicações

Seção III - Dos Requerimentos

Seção IV - Das Emendas

Capítulo II - Da Discussão

Seção I - Disposições Gerais

Seção II - Dos Prazos

Seção III - Do Adiamento da Discussão

Seção IV - Do encerramento da Discussão

Capítulo III - Da Votação

Seção I - Disposições Gerais

Seção II - Dos Processos de Votação

Seção III - Do Método de Votação e do Destaque

Seção IV - Do Encaminhamento da Votação

Seção V - Do Adiamento da Votação

Seção VI - Do Interstício

Capítulo IV - Da Preferência

Capítulo V - Da Urgência

Capítulo VI - Da Redação Final

Capítulo VII - Do Autógrafo

Capítulo VIII - Do Projeto Orçamentário

- Capítulo IX - Dos Projetos de Código e de Consolidação de Leis
- Capítulo X - Dos Projetos Vetados
- Capítulo XI - Da Indicação de Prefeito da Capital e de Conselheiro do Tribunal de Contas
- Capítulo XII - Das Modificações do Regimento Interno
- Capítulo XIII - Da Proposta de Emenda à Constituição
- Capítulo XIV - Dos Projetos com Trâmite em Prazo Determinado

## TÍTULO VI

Capítulo Único - Da Secretaria

## REGIMENTO INTERNO

### TÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### CAPÍTULO I

###### DA SEDE

Art. 1.º - A Assembléia Legislativa tem sede no Palácio Dezenove de Dezembro, na Capital do Estado.

§ 1.º - Em caso de guerra, comoção intestina, calamidade pública, ou ocorrência que impossibilite o seu funcionamento na sede, a Assembléia poderá reunir-se eventualmente em qualquer outro local, por deliberação da Mesa, "ad referendum" da maioria absoluta dos Deputados.

§ 2.º - Na sede da Assembléia não se realizarão atos estranhos à sua função e somente será cedido o plenário para manifestações cívicas, culturais ou partidárias.

##### CAPÍTULO II

###### DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS

Art. 2.º - No primeiro ano de cada Legislatura os eleitos Deputados reunir-se-ão em Sessão preparatória no dia 1.º de fevereiro, às quatorze horas, na sede da Assembléia Legislativa, sob a presidência do mais idoso dentre os Deputados reeleitos.

Art. 3.º - Aberta a Sessão, o Presidente convidará dois Deputados de Partidos diferentes, para servirem de Secretários, e procederá ao recolhimento dos Diplomas e das declarações de bens.

Art. 4.º - Recebidos os Diplomas e declarações de bens, o Presidente, de pé, com todos os presentes, proferirá o seguinte compromisso: "Prometo guardar a Constituição Federal, a Constituição do Estado e as leis, desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi confiado e pro-

mover o bem geral do Paraná". Ato contínuo, feita a chamada, cada Deputado, de pé, declarará: "Assim o prometo".

§ 1.º - Quando algum Deputado tomar posse em Sessão posterior ou vier a suceder ou a substituir outro, nos casos previstos neste Regimento, o Presidente nomeará Comissão para o receber e o acompanhar até a mesa, onde, antes de empossar, lhe tomará o compromisso.

§ 2.º - Tendo prestado compromisso uma vez, é o Suplente de Deputado dispensado de fazê-lo em convocações subseqüentes.

§ 3.º - Estando a Assembléia em recesso, o compromisso dar-se-á perante o Presidente.

Art. 5.º - Por ocasião da posse, o Deputado Suplente convocado comunicará, por escrito, o nome do parlamentar com que figurará na relação que o Presidente fará publicar no Diário da Assembléia, destinada ao registro do comparecimento e verificação do "quorum" necessário à abertura da Sessão, bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

Parágrafo Único - Do nome do Parlamentar não constarão mais de duas palavras, não computadas nesse número as proposições, salvo quando devam ser evitadas confusões.

Art. 6.º - Às quinze horas, do dia 1.º de fevereiro, realizar-se-á a segunda Sessão preparatória, sob a direção da Mesa da Sessão anterior, destinada à eleição do Presidente, de dois Vice-Presidentes e de quatro Secretários.

Parágrafo Único - Enquanto não for escolhido o Presidente, não se procederá a apuração da eleição para os demais cargos.

Art. 7.º - A eleição da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, com as seguintes exigências e formalidades:

- I- presença da maioria dos Deputados;
- II- chamada dos Deputados;
- III- cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome do votado e o cargo para que é indicado, embora seja um só o ato de votação para todos os cargos;
- IV- colocação, em cabine indevassável, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;
- V- colocação das sobrecartas em duas urnas, à vista do Plenário, uma destinada à eleição do Presidente e a outra à eleição dos demais Membros da Mesa;
- VI- o Secretário designado pelo Presidente retirará as sobrecartas das urnas, em primeiro lugar, a destinada à eleição do Presidente; contá-las-á e, verificada a coincidência do seu número com o de votantes do que será cientificado o Plenário, abri-las-á e separará as cédulas.

- dulas pelos cargos a preencher;
- VII- leitura, pelo Presidente, dos nomes dos votados;
  - VIII- proclamação dos votos, em voz alta, por um Secretário, e a sua anotação por dois outros, a medida que forem apurados;
  - IX- invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso III;
  - X- redação, pelos Secretários, e leitura, pelo Presidente, do resultado de cada eleição, na ordem decrescente dos votados;
  - XI- maioria absoluta dos votos dos Deputados presentes para eleição em primeiro escrutínio, salvo para a dos suplentes dos Secretários;
  - XII- realização de segundo escrutínio, com os dois mais votados, quando, no primeiro, não se alcançar maioria absoluta;
  - XIII- maioria simples, em segundo escrutínio;
  - XIV- eleição do mais idoso, com maior número de Legislaturas, em caso de empate;
  - XV- proclamação, pelo Presidente, dos eleitos.

Parágrafo Único - O Presidente convidará dois ou mais Deputados de Partidos diferentes, para acompanhar, junto à Mesa, os trabalhos da apuração.

Art.8.º - Se antes de três meses do término do respectivo mandato, verificar-se qualquer vaga na Mesa, será ela preenchida mediante eleição, observadas as disposições do artigo anterior.

Art.9.º - Encerrada a última Sessão preparatória, com a declaração da instalação da Legislatura, os Deputados voltarão a reunir-se, ordinariamente, no dia 1.º de março seguinte, independentemente de convocação.

Art.10 - Na 3.ª Sessão Legislativa, a primeira Sessão preparatória, será realizada sob a direção da Mesa da Sessão anterior, dois dias antes do designado para o início dos respectivos trabalhos, procedendo-se à eleição da nova Mesa.

Art.11 - De cada Sessão preparatória será lavrada Ata, contendo sucinta exposição das ocorrências, a qual será submetida à aprovação da Assembléia.

## TÍTULO II DOS DEPUTADOS

### CAPÍTULO I DOS LÍDERES

Art.12 - Líder é o porta-voz de uma representação partidária e o intermediário entre ela e os órgãos da Assembléia.

§ 1.º - As representações partidárias indicarão seus Líderes à Mesa, nas 24 ho-

ras que se seguirem à instalação da Sessão Legislativa, em documentos subscrito pela maioria absoluta dos Deputados que as integram.

§ 2.º - Os Vice-Líderes serão indicados à Mesa, pelos respectivos Líderes no prazo de 24 horas, da indicação destes.

§ 3.º - Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder, na ordem da indicação.

Art.13 - As representações de dois ou mais Partidos poderão constituir liderança comum, sem prejuízo das funções dos respectivos Líderes, para formar a Maioria ou Minoria parlamentares.

Art.14 - Constituída a Maioria por uma legenda ou composição partidária, a legenda de representação imediatamente inferior será considerada Minoria.

Art.15 - É da competência do Líder do Partido, além de outras atribuições regimentais, indicar à Mesa os Membros de sua bancada para compor as Comissões da Assembléia ou, de qualquer forma, para representar a Casa.

### CAPÍTULO II DA LICENÇA

Art.16 - O Deputado poderá obter licença para:

- I- desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;
- II- tratamento de saúde;
- III- tratar de interesses particulares.

Parágrafo Único - A licença depende de requerimento escrito fundamentado, dirigido ao Presidente da Assembléia e lido na primeira Sessão, após o seu recebimento.

Art.17 - No caso de se destinar a tratamento de saúde, deverá o requerimento ser instruído com laudo de inspeção de saúde, firmado por três médicos do respectivo serviço da Assembléia.

Art.18 - Não se concederá, no decorrer da Legislatura, mais de dezoito meses de licença, ainda que parceladamente, para tratar de interesses particulares.

Art.19 - A licença poderá ser renunciada pelo Deputado que a estiver fruindo antes do decurso de dois terços do prazo pelo qual tiver sido concedida.

### CAPÍTULO III DO SUBSÍDIO E DA AJUDA DE CUSTO

Art.20 - O subsídio, dividido em parte fixa e variável, e a ajuda de custo será estabelecido no fim de cada Legislatura para a subsequente.

Art.21 - A parte fixa do subsídio será devida:

- I - a partir do início da Legislatura, aos Deputados diplomados, antes da instalação da primeira Sessão Legislativa;

II- a partir da expedição do Diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;

III- a partir da posse, ao Suplente em exercício.

Art.22 - A parte fixa será paga em parcelas mensais indivisíveis e insuscetíveis de descontos, a título de representação; a variável corresponderá a uma quantia mensal divisível em trinta diárias, e dela se deduzirão as faltas de comparecimento e as ausências à votação.

Art.23 - O Deputado que deixa de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, ainda que tenha comparecido, terá a diária descontada, desde que a votação seja interrompida ou adiada por falta de número.

§ 1.º - A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art.24 - No recesso da Assembléia, a parte variável dos subsídios será devida segundo a média recebida pelo Deputado durante a Sessão Legislativa.

Art.25 - A remuneração do Deputado pelo comparecimento efetivo às Sessões Extraordinárias será paga na forma estabelecida na Constituição do Estado.

Art.26 - Não será descontada dos subsídios a diária correspondente ao comparecimento se a falta decorrer de desempenho de missão oficial.

Parágrafo Único - As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art.26 - Considera-se ajuda de custo a compensação financeira de despesas com transporte e outras imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de convocação extraordinária.

§ 1.º - O pagamento da ajuda de custo será feito em duas parcelas, somente podendo receber a segunda, o Deputado que houver comparecido, pelo menos, a dois terços da Sessão Legislativa Ordinária ou das Sessões decorrentes de convocação extraordinária.

§ 2.º - O Suplente também fará jus à ajuda de custo, sendo-lhe devida a primeira parcela a partir da posse e a segunda desde que cumpridos os requisitos do parágrafo anterior.

Art.28 - Terá direito à parte fixa do subsídio, o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizado pela Assembléia.

§ 1.º - Ao Deputado licenciado para tratamento de saúde será paga a parte fixa do subsídio, vedando-se qualquer outro recebimento sob qualquer título.

§ 2.º - Não terá direito a subsídio o

Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, Governador do Distrito Federal, Governador de Território, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

§ 3.º - O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito a perceber ajuda de custo e subsídio fixo e variável.

Art.29 - Sempre que estiver fora da Assembléia, no exercício das funções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único - O mesmo ocorrerá com respeito ao 1.º e 2.º Secretários, quando, por delegação do Presidente, estiverem em representação da Assembléia.

Art.30 - O Suplente convocado perceberá, a partir da posse, o subsídio e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício, observando quanto à esta o disposto no Art.22.

#### CAPÍTULO IV

##### DA EXTINÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

Art.31 - As vagas; na Assembléia, verificar-se-ão em virtude de:

I- falecimento;

II- renúncia;

III- perda do mandato.

Art.32 - A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente de aprovação da Assembléia, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no Expediente e publicada no Diário da Assembléia.

Parágrafo Único - É lícito ao Deputado, ou ao Suplente em exercício, fazer em plenário, oralmente, a renúncia ao mandato, a qual se tornará efetiva e irretratável depois da sua publicação no Diário da Assembléia.

Art.33 - Considera-se haver renunciado:

I- O Deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II- O Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art.34 - O comparecimento efetivo do Deputado à Sessão será verificada, no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.

Art.35 - A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em Sessão, pelo Presidente.

Parágrafo Único - Na Sessão seguinte à publicação da declaração e vacância, qualquer Deputado dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Art.36 - Perde o mandato o Deputado:

I- que infringir qualquer das proibições constantes do art.34 da Constituição;

II- cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;

III- que deixar de comparecer à terça parte das Sessões Ordinárias da Câmara, em cada Sessão Legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV- que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V- que, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidos pelos órgãos de direção partidária ou deixar o Partido sob cuja legenda foi eleito.

§ 1.º - Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato poderá ser provocada por iniciativa de qualquer Deputado, da Mesa ou de Partido político, mediante representação documentada, e dependerá do voto da Casa, em escrutínio secreto.

§ 2.º - Nos casos do inciso III, a representação poderá ser de iniciativa de qualquer Deputado, de partido político ou do primeiro Suplente do Partido, e a perda do mandato será declarada pela Mesa, assegurada ao representado plena defesa.

§ 3.º - No caso do inciso IV, a perda é automática e declarada pela Mesa.

§ 4.º - No caso do inciso V, decretada pela Justiça Eleitoral, a perda do mandato será declarada pela Mesa.

§ 5.º - A representação será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que proferirá seu parecer em quinze sessões, concluindo:

a) nos casos dos incisos I e II, pela aceitação da representação para melhor exame ou pelo seu arquivamento;

b) nos casos do inciso III, pela procedência, ou não, da representação.

§ 6.º - O parecer da Comissão de Constituição e Justiça, uma vez lido no Expediente, publicado no Diário da Assembléia Legislativa e em Avulsos, será:

a) nos casos dos incisos I e II, incluído em Ordem do Dia;

b) nos casos do inciso III, encaminhado à Mesa para decisão.

Art.37 - Admitida a representação pelo voto do Plenário, o Presidente designará Comissão composta de nove membros para instrução da matéria.

§ 1.º - Recebida e processada, será fornecida cópia da representação ao acusado, que terá o prazo de quinze sessões, prorrogável por mais quinze, para apresentar, à Comissão, defesa escrita.

§ 2.º - Apresentada ou não a defesa, a Comissão, após proceder às diligências que entender necessárias, emitirá parecer, concluindo por projeto de resolução, no

sentido da perda do mandato ou do arquivamento definitivo do processo.

§ 3.º - Para falar sobre o parecer, será concedida vista do processo ao acusado pelo prazo de dez sessões.

Art.38 - O mandato de Deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos Estados e dos municípios, importando em renúncia do mandato a inobservância desta norma.

Art.39 - As prerrogativas processuais dos Deputados arrolados como testemunhas não subsistirão se deixarem de atender, sem justa causa, no prazo de trinta dias, ao convite judicial.

## CAPÍTULO V

### DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE

Art.40 - A Mesa convocará, imediatamente, o suplente nos casos de vaga, licença por cento e vinte dias ou mais, ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador do Distrito Federal, Governador do Território, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Art.41 - O Suplente convocado terá o prazo de trinta dias para tomar posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar motivos de doença.

Art.42 - Serão convocados, sucessivamente, os suplentes imediatos aos que não atenderem à convocação, no caso do artigo anterior, por motivo de doença ou por renúncia expressa à suplência.

## TÍTULO III

### DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA

#### CAPÍTULO I

##### DA MESA

Art.43 - A Mesa da Assembléia, composta de Presidente, dois Vice-Presidentes e quatro Secretários, compete a direção de todos os trabalhos

§ 1.º - Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1.º Vice-Presidente, e na ausência ou impedimento deste, pelo 2.º Vice-Presidente; os 1.º e 2.º Secretários serão substituídos respectivamente, pelos 3.º e 4.º Secretários.

§ 2.º - Se, durante a Sessão, não estiverem presentes os Vice-Presidentes, o Presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica.

§ 3.º - A convite do Presidente, qualquer Deputado poderá exercer as funções de Secretário, quando se verificar a ausência dos titulares.

§ 4.º - Nenhum Membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

Art.44 - A Mesa eleita no início de

cada Sessão Legislativa servirá também nas Sessões Extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo único - As funções dos Membros da Mesa da Assembléia somente cessarão:

I- ao findar a Legislatura, no início das Sessões preparatórias da Legislatura seguinte;

II- nos demais anos da Legislatura, com a eleição da nova Mesa.

Art.45 - Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Especial, a não ser da Executiva, da qual são membros natos.

Art.46 - À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I- tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II- dirigir todos os serviços da Assembléia, durante as Sessões Legislativas e nos seus interregnos;

III- prover a polícia interna da Assembléia;

IV- encaminhar ao Poder Executivo os requerimentos de informações;

V- apresentar à Assembléia, na Sessão de encerramento do ano legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre o seu rendimento;

VI - promover a realização de campanhas educativas e divulgações em caráter permanente, bem como adotar medidas adequadas para promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecimento das instituições democráticas;

VII- declarar a perda de mandato de Deputado nos casos previstos na Constituição do Estado;

VIII- promulgar emendas à Constituição.

IX- propor ao Plenário a sustação de processo criminal contra Deputado, na forma da Constituição.

## SEÇÃO I

### DO PRESIDENTE

Art.47 - O Presidente é o órgão da Assembléia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art.48 - São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento:

I- presidir às Sessões da Assembléia;

II- abrir e encerrar as Sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III- fazer ler, quando necessário, o Expediente pelo 1.º Secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Poder Executivo;

IV- dar posse aos Deputados;

V- conceder a palavra aos Deputados nos termos do Regimento;

VI- convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor da proposição em discussão, ou contra a mesma;

VII- interromper o orador que se desviar da questão, falar contra o vencido, faltar à consideração aos poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

VIII- chamar a atenção do orador, ao terminar a Hora do Expediente e a da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

IX- anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

X- submeter à discussão e à votação a matéria a isso destinada;

XI- estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

XII- anunciar o resultado das votações;

XIII- nomear, por autorização da Assembléia, Comissões Externas.

XIV- designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para os Membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;

XV- promover e regular a publicação dos debates e de todos trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;

XVI- não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVII- organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XVIII- informar a Assembléia sobre qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XIX- suspender a Sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XX- levantar a Sessão;

XXI- assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembléia;

XXII- assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral e às Assembléias de outros Estados;

XXIII- convocar Sessões Extraordinárias, diurnas ou noturnas;

XXIV- presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos;

XXV- substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVI- promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;

XXVII- resolver todas as Questões de Ordem que ocorrerem durante as Sessões;

XXVIII- resolver sobre os requerimentos que lhe forem presentes de acordo com o Regimento;

XXIX- Zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus Membros em todo o território do Estado.

Art.49 - O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate, ou nos de escrutínio secreto.

Parágrafo único - Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira interinamente ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se propuser discutir.

## SEÇÃO II DOS VICE-PRESIDENTES

Art.50 - Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental de início dos trabalhos, o 1.º Vice-Presidente e, em sua falta, o 2.º Vice-Presidente substitui-lo-á no desempenho das suas funções, cedendo-lhe o lugar, logo que for presente.

§ 1.º - Quando o Presidente tiver de deixar a sua cadeira, durante a Sessão, proceder-se-á da mesma forma.

§ 2.º - O Vice-Presidente substitui o Governador no caso previsto da Constituição Estadual.

## SEÇÃO III DOS SECRETÁRIOS

Art.51 - São atribuições do 1.º Secretário:

I- fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II- proceder à leitura da matéria que constar do Expediente;

III- despachar toda a matéria do Expediente;

IV- receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia;

V- receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;

VI- fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições, para apresentá-las oportunamente;

VII- assinar, depois do Presidente, as Atas das Sessões, bem como todas as Resoluções da Assembléia;

VIII- contar os Deputados em verificação de votação;

IX- inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X- providenciar para que sejam entregues aos Deputados, à medida que forem chegando ao recinto, os exemplares do Diário da Assembléia e os avulsos impressos da matéria designada para a Ordem do Dia;

XI- tomar nota das discussões e votações da Assembléia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com a

sua assinatura;

XII - mandar passar as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimentos dos interessados;

XIII - sobrepor ementas aos projetos recebidos sem elas;

XIV- dar posse ao Diretor-Geral da Secretaria.

Art.52 - São atribuições do 2.º Secretário:

I- fiscalizar a redação das Atas e fazer-lhes a leitura;

II- assinar, depois do 1.º Secretário, as Atas e as Resoluções da Assembléia;

III- escrever as Atas das sessões secretas;

IV- auxiliar o 1.º Secretário a fazer a correspondência oficial da Assembléia;

V- substituir o 1.º Secretário nas suas faltas e impedimentos.

Art.53 - Os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal e, nesta mesma ordem, substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

## CAPÍTULO II DAS COMISSÕES SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.54 - As Comissões da Assembléia são:

I- Permanentes, as que subsistem através das Legislaturas;

II- Temporárias, as que se extinguem no final das Legislaturas, ou antes delas, quando alcançado o fim a que se destinam, ou quando criadas para a apreciação de determinado assunto.

Art.55 - Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos.

## SEÇÃO II DAS COMISSÕES PERMANENTES E SUA COMPETÊNCIA

Art.56 - A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro do prazo improrrogável de quinze Sessões.

Art.57 - As Comissões Permanentes são vinte:

I- Comissão Executiva;

II- Comissão de Constituição e Justiça;

III- Comissão de Finanças;

IV- Comissão de Orçamento;

V- Comissão de Agricultura;

VI- Comissão de Indústria e Comércio;

VII- Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

VIII- Comissão de Educação;

IX- Comissão de Terras, Imigração e

Colonização;

- X- Comissão de Segurança Pública;
- XI- Comissão de Saúde Pública;
- XII- Comissão de Redação;
- XIII- Comissão de Tomada de Contas;
- XIV- Comissão de Turismo;
- XV- Comissão de Recursos Humanos;
- XVI- Comissão de Ecologia e Meio-Ambiente;
- XVII- Comissão de Cultura e Esportes;
- XVIII- Comissão de Defesa do Consumidor;
- XIX- Comissão de Reivindicações Populares;
- XX- Comissão de Direitos Humanos.

Parágrafo único - As Comissões Permanentes compõem-se de sete Membros cada uma, salvo a Executiva que é constituída pelo Presidente, 1.º Secretário e 2.º Secretário, e a Constituição e Justiça que se compõem de quatorze membros.

Art.58 - As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada Comissão, e o número de Deputados de cada Partido pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de Membros do Partido, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

Parágrafo único - Se por este processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ainda não representados, na ordem decrescente do número de Membros de cada Bancada.

Art.59 - Cada Partido terá em cada Comissão tantos suplentes quanto os seus membros efetivos.

Parágrafo único - O Suplente de Deputado não poderá ser eleito para a Presidência ou Vice-Presidência de Comissão.

Art.60 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

I- dar parecer sobre as proposições referentes aos assuntos de sua especialização;

II- promover estudos sobre problemas de interesse público relativo à sua competência;

III- acompanhar as atividades da Secretaria de Estado, entidade autárquica ou paraestatal, relacionadas com a sua especialização;

IV- tomar a iniciativa da elaboração de proposições ligadas aos estudos que realizar.

§ 1.º - À Comissão Executiva compete:

I- Opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II- propor, privativamente, ao Plenário, a criação, transformação e extinção de cargos e funções relativos aos seus serviços, bem como a fixação de vencimentos e concessão de quaisquer vantagens aos seus servidores;

III- prover os cargos dos serviços administrativos;

IV- conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V- julgar concorrências e demais licitações;

VI- autorizar despesas, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII- elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII- propor à Assembléia a criação ou modificações de seus serviços, dar parecer sobre projetos e eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX- interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X- encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários ao funcionamento da Assembléia e dos seus serviços;

XI- autorizar a contratação de pessoal;

XII- aprovar o orçamento analítico da Assembléia.

§ 2.º - À Comissão de Constituição e Justiça compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins do Art.26 da Constituição do Estado; sobre os recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

I- criação de distritos e municípios;

II- incorporação ou demembramento de território e de município;

III- perda de mandato de Deputado;

IV- transferência temporária da sede do Governo;

V- autorização para o Governador e Vice-Governador se ausentarem do Estado ou País;

VI- organização dos Poderes do Estado;

VII- Ministério Público;

VIII- intervenção nos municípios;

IX- alteração de códigos;

X- organização e divisas judiciárias;

XI- declaração de utilidade pública de associações civis.

§ 3.º - À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de competência de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa ou a receita pública;

sobre atividade financeira do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; propor projeto de fixação dos subsídios dos Deputados, do Governador e do Vice-Governador, até 31 de agosto da última sessão Legislativa da Legislatura.

§ 4.º - À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa e Orçamento Plurianual de investimentos do Estado, organizando, na sua falta, o projeto de lei orçamentária à base do orçamento em vigor; fiscalização da execução do orçamento; e abertura de crédito.

§ 5.º - À Comissão de Agricultura compete manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; pesquisa e experimentação agrícolas; defesa sanitária animal e vegetal; irrigação e insumos.

§ 6.º - À Comissão de Indústria e Comércio compete manifestar-se sobre as proposições relativas às atividades industriais e comerciais; subvenções, favores ou isenções a qualquer dessas atividades.

§ 7.º - À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo; interrupção, suspensão e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e sobre comunicações em geral.

§ 8.º - À Comissão de Educação compete manifestar-se sobre as proposições relativas à educação e instrução pública ou particular; ao desenvolvimento técnico e científico.

§ 9.º - À Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre as proposições relativas à exploração e aproveitamento de terras públicas; à fixação do homem à terra e a programas de colonização.

§ 10 - À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como as referentes à ordem e segurança públicas.

§ 11 - À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária; ação preventiva em geral; controle de drogas, medicamentos e alimentos; exercício da Medicina e profissões afins.

§ 12 - À Comissão de Redação compete preparar a redação final proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 13 - À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas; tomar as contas da Comissão Executiva e as do Governador; fiscalizar as entidades da Administração indireta.

§ 14 - À Comissão de Turismo compete manifestar-se sobre as proposições relativas ao turismo interno e ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior.

§ 15 - À Comissão de Recursos Humanos compete manifestar-se sobre as proposições referentes ao pessoal do serviço público civil.

§ 16 - À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente; as que visam à conservação da natureza e a evitar a depredação dos recursos naturais.

§ 17 - À Comissão de Cultura e de Esporte compete manifestar-se sobre as proposições relativas ao desenvolvimento cultural; ao patrimônio histórico, arqueológico e artístico; ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador.

§ 18 - À Comissão de Defesa do Consumidor compete manifestar-se sobre as proposições relativas à defesa dos interesses do consumidor; propor medidas legislativas específicas e incentivar a criação de entidades comunitárias de defesa do consumidor.

§ 19 - À Comissão de Reivindicações Populares compete:

I- conceder audiências públicas semanais à pessoa física maior de dezoito anos, eleitor que tenha votado no último pleito ou a representantes de pessoas jurídicas, legalmente credenciadas;

II- registrar as reivindicações pertinentes, resumidamente, bem como juntar a documentação eventualmente apresentada;

III- receber reivindicações encaminhadas por escrito de qualquer parte do território do Estado;

IV- Converter a matéria em projeto, requerimento de informações ou de apelo à autoridade competente ou sugerir a medida cabível, segundo a natureza do seu conteúdo;

V- divulgar amplamente o local e o horário das audiências que deverão facilitar a participação dos interessados e o acesso do público em geral;

VI- designar relator, pelo sistema de rodízio e na ordem de entrada, para formalizar a matéria dentro dos prazos regimentais; esgotados estes sem providência, será designado novo relator para em quarenta e oito horas opinar conclusivamente.

§ 20 - À Comissão de Direitos Humanos compete manifestar-se sobre todos os atos e assuntos que digam respeito aos direitos humanos, e acompanhar e propor medidas que visem defender ou melhorar as condições dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Art.61 - A Comissão de Reivindicações

Populares abrirá suas audiências com a presença da maioria absoluta dos seus Membros.

§ 1.º - As reuniões ordinárias de deliberação obedecem o rito estabelecido neste Regimento.

§ 2.º - O deslocamento para fora da Capital depende de aprovação da Assembléia, à vista de solicitação fundamentada e subscrita pela totalidade dos Membros da Comissão.

### SEÇÃO III

#### DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 62 - As Comissões Temporárias são:

- I - Especiais;
- II - de Inquérito;
- III - Externas.

Art. 63 - As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembléia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devem tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Art. 64 - A Assembléia poderá delegar poderes, de acordo com o art. 27 da Constituição à Comissão Especial, para discussão e votação de projeto de lei.

§ 1.º - A outorga da delegação far-se-á através de resolução que indicará o conteúdo, o objetivo e o alcance da delegação.

Art. 65 - O projeto de lei aprovado pela Comissão Especial será remetido à sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos membros da comissão ou um quinto da Assembléia requerer sua votação pelo Plenário.

Art. 66 - A Assembléia, mediante requerimento de um terço de seus membros, poderá criar Comissões de Inquérito sobre fato determinado e por prazo certo.

Art. 67 - Não se criará Comissão de Inquérito enquanto estiverem funcionando pelo menos cinco, salvo deliberação da maioria da Assembléia.

Art. 68 - A criação de Comissão de Inquérito dependerá de deliberação do Plenário, se não subscritas na forma do Art. 66.

Art. 69 - O trabalho das Comissões de Inquérito obedecerá às normas previstas na legislação específica.

§ 1.º - No exercício de suas atribuições, a Comissão de Inquérito poderá, observada a legislação especial, determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar de repartições públicas e autárquicas, informações e documentos, requerer a audiência de Deputados e Secretários de Estado e tomar depoimentos de autoridades estaduais.

§ 2.º - Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal. Em caso

justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que reside ou se encontre o indiciado ou a testemunha, na forma do Código de Processo Penal.

§ 3.º - O Presidente da Comissão de Inquérito por deliberação desta poderá, dando conhecimento prévio à Mesa, incumbir qualquer dos seus Membros ou funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, da realização de sindicância ou diligência necessária aos seus trabalhos.

§ 4.º - A Comissão de Inquérito redigirá relatório, que terminará por projeto de resolução, se a Assembléia for competente para deliberar a respeito do assunto, ou por conclusões, em que assinalará os fundamentos pelos quais não apresenta projeto de resolução.

§ 5.º - Apurada a responsabilidade de alguém por falta verificada, a Comissão enviará o relatório, acompanhado da documentação respectiva e com a indicação das provas que poderão ser produzidas, ao juízo criminal competente, para processo e julgamento dos indiciados.

§ 6.º - As Comissões de Inquérito terão como disposições subsidiárias para sua atuação, no que for aplicável, as do Código de Processo Penal.

§ 7.º - Se forem diversos os fatos objeto do inquérito, a Comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.

§ 8.º - Qualquer Deputado poderá participar dos debates nas Comissões de Inquérito, sem direito a voto.

Art. 70 - As Comissões de Inquérito funcionarão na sede da Assembléia Legislativa.

Art. 71 - Poderão ser constituídas Comissões Externas, de ofício, pelo Presidente da Assembléia, ou a requerimento de qualquer Deputado, aprovado pelo Plenário, para representar a Câmara nos atos para que tenha sido convidada ou a que haja de assistir.

Parágrafo único - As Comissões Externas serão constituídas de, no máximo, cinco Membros.

### SEÇÃO IV

#### DAS REUNIÕES

Art. 72 - As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente no edifício da Assembléia, uma ou mais vezes por semana, em dias prefixados.

Parágrafo único - O "Diário da Assembléia" publicará, semanalmente, a relação das Comissões com a designação do local e da hora em que se realizam suas reuniões.

Art. 73 - As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou

a requerimento de qualquer dos seus Membros.

Art. 74 - As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Parágrafo único - As comissões não se deverão reunir no momento das votações em plenário, e, quando anteriormente reunidas, deverão suspender os trabalhos, enquanto durar aquele ato, para dele participarem os seus Membros.

Art. 75 - Salvo deliberação em contrário, as reuniões das Comissões serão públicas, podendo ser assistidas por qualquer Deputado, que poderá discutir perante elas o assunto de que se ocuparem e enviar-lhe sugestões e esclarecimentos.

§ 1.º - Nas reuniões secretas servirá como secretário da Comissão, por designação do Presidente, um de seus Membros.

§ 2.º - Só os Deputados ou os Secretários de Estado, quando convidados, poderão assistir às reuniões secretas.

## SEÇÃO V

### DOS TRABALHOS

Art. 76 - Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I - leitura, discussão e votação da Ata da sessão anterior;

II - leitura sumária do Expediente;

III - distribuição da matéria pelos relatores;

IV - leitura dos pareceres definitivamente assentados;

V - leitura, discussão e votação de requerimento ou relatórios.

§ 1.º - Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria urgente, ou, a requerimento de preferência de qualquer dos seus Membros, para determinado assunto.

§ 2.º - Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para oferecer o seu parecer.

§ 3.º - As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria absoluta de seus Membros.

§ 4.º - A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe for enviado pela Mesa, poderá propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial, apresentar projetos deles decorrentes, dar-lhes substitutivos e apresentar emendas ou subemendas.

Art. 77 - O Membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1.º - O Presidente da Comissão pode-

rã, a requerimento fundamentado do relator prorrogar por mais 5 (cinco) dias o prazo que lhe é assinalado neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator haja apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo respectivo deve ser entregue imediatamente.

§ 2.º - Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3.º - Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação do parecer, o qual, se for aprovado em todos os seus termos, será tido como da Comissão e, logo a seguir, assinado pelos membros presentes.

§ 4.º - Se o parecer tiver sofrido alterações, com as quais esteja de acordo o relator, será concedido a este o prazo até a próxima reunião, para redigi-lo de conformidade com o vencido, ou, apenas de 48 horas, em casos de urgência.

§ 5.º - Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem.

§ 6.º - Para a apresentação do novo parecer, será concedido ao segundo relator o prazo de 3 (três).

§ 7.º - Na hipótese de aceitar a Comissão parecer diverso do parecer do 1.º relator, o deste passará a constituir voto em separado.

§ 8.º - Ao membro da Comissão que pedir vista será concedido o prazo de 3 (três) dias improrrogáveis; se a vista for solicitada por mais de um membro da Comissão, será dada em comum acordo pelo mesmo prazo.

§ 9.º - Para o efeito da contagem dos votos relativos ao parecer, serão considerados:

I - favoráveis, os "pelas conclusões", os "com restrições" e os "em separados" não divergentes da conclusão;

II - contrários, os "vencidos".

§ 10 - Às Comissões é lícito dividir, para facilidade de estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, de modo a ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 11 - Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, poderão as Comissões dividi-las para constituírem projetos separados.

Art. 78 - Todos os papéis destinados às Comissões serão encaminhados aos seus respectivos Presidentes pelo 1.º Secretário da Assembléia, dentro do prazo de 48 horas do recebimento dos mesmos, e, por intermédio do referido 1.º Secretário, deverão as Comissões enviar à Mesa os seus pareceres e papéis.

Art. 79 - Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembléia, a audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 80 - Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão Atas, com o resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no "Diário da Assembléia".

Art. 81 - As Comissões terão como Secretários funcionários da Secretaria da Assembléia.

#### SEÇÃO VI DA PRESIDÊNCIA

Art. 82 - Se qualquer das Comissões Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco (5) dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará os seus membros, com a antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, para se reunirem em uma sala das salas do edifício da Assembléia, sob a presidência do 1.º Vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

Parágrafo único - Nas suas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, que nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro mais idoso.

Art. 83 - Ao Presidente da Comissão compete:

a) convocar a sua reunião todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer dos seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência pelo menos de 24 horas;

b) presidir a todas as reuniões da Comissão e dirigir-lhe os trabalhos, designando relatores, distribuindo a matéria, regulando os debates, promovendo a publicação das Atas, suspendendo os trabalhos, quando julgar conveniente, e resolvendo, de acordo com o Regimento, todas as questões de ordem;

c) solicitar ao Presidente da Assembléia substitutos para os membros da Comissão, ausentes ou impedidos;

d) usar o órgão de comunicação da Comissão com a Mesa;

e) usar do voto de qualidade, no caso de empate da votação.

Parágrafo único - Assiste ao Presidente o direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar.

#### SEÇÃO VII DOS PARECERES

Art. 84 - Parecer é o pronunciamento de Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1.º - As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2.º - Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre a conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

§ 3.º - Excepcionalmente, nos casos expressamente previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais.

#### SEÇÃO VIII

##### DAS VAGAS E IMPEDIMENTOS

Art. 85 - As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I - com a cessação do mandato legislativo;

II - com a renúncia;

III - com a opção;

IV - com a perda do lugar.

§ 1.º - A renúncia de qualquer Membro de Comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2.º - Os Membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente. O membro de Comissão Permanente que, eleito para a Executiva, não optar por uma delas, dentro de 48 horas, considerar-se-á como tendo preferido continuar naquela em que já figurava.

§ 3.º - O Membro da Comissão, que deixar de comparecer a 3 reuniões ordinárias consecutivas, perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4.º - O Presidente da Assembléia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de 48 horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido a que pertencer o substituto.

§ 5.º - Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos no Art. 85, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada por mais de 15 dias consecutivos, o preenchimento far-se-á por eleição, designada para a Ordem do Dia da sessão imediata ou da que se seguir.

Art. 86 - O membro de Comissão, que não puder comparecer às suas reuniões, deverá disso dar conhecimento ao seu Presidente.

§ 1.º - O Presidente da Assembléia, de ofício, a requerimento do Presidente da Comissão ou em consequência de comunicação de qualquer Deputado, designará substituto, por indicação do líder do Partido a que pertencer o impedido ou ausente.

§ 2.º - Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às suas reuniões.

#### TÍTULO IV

##### DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA

##### CAPÍTULO I

## DAS SESSÕES

Art. 87 - As sessões da Assembléia Legislativa serão preparatórias, ordinárias e extraordinárias.

§ 1.º - Preparatórias são as que precedem a instalação dos trabalhos da Assembléia, em cada sessão legislativa.

§ 2.º - Ordinárias são as de qualquer sessão legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda a quinta-feira.

§ 3.º - Extraordinárias são as sessões realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as sessões ordinárias.

§ 4.º - A Assembléia poderá realizar sessões solenes ou especiais, que serão consideradas extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 88 - As sessões ordinárias terão início às 14:30 horas e durarão, no máximo, 04:30 horas.

§ 1.º - O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal.

Art. 89 - Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembléia poderá realizar outras sessões, afora as previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, a requerimento de qualquer Deputado.

§ 1.º - O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia destas sessões extraordinárias, dando-os a conhecer, previamente, à Assembléia.

§ 2.º - A duração dessas sessões, será a mesma das demais, mas a sua hora do Expediente deverá se limitada à leitura do mesmo, quando houver.

Art. 90 - Tanto as sessões ordinárias como as extraordinárias serão públicas, mas poderão ser secretas, quando assim for deliberado pelo plenário.

Art. 91 - O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer Deputado, desde que estejam presentes pelo menos um terço dos Deputados.

§ 1.º - O requerimento objetivando a prorrogação de sessões será escrito, independente de discussão, decidir-se-á por maioria de votos, presentes pelo menos um terço dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo dessa prorrogação.

§ 2.º - Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, não poderá exceder de 15 minutos.

§ 3.º - Quando a prorrogação se destinar à votações só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 4.º - O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa, até o momento de anunciar o Presidente a Ordem do Dia seguinte.

§ 5.º - Se houver orador na tribuna, no momento de findar a sessão e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter a votos o requerimento.

Art. 92 - A juízo do Presidente, ou por deliberação do plenário, a Assembléia poderá destinar a primeira hora de qualquer sessão a grandes comemorações ou homenagens póstumas ou interrompê-la para a recepção de altas personalidades.

Art. 93 - Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I - durante as sessões os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II - nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada, as deliberações da Mesa e os debates;

III - falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé, e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV - os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses;

V - para apartear um colega, deverá o Deputado solicitar-lhe permissão;

VI - não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 94 - A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I - pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II - pelos Líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário.

§ 1.º - Não poderão ser convocadas mais de 2 (duas) sessões extraordinárias entre 2 (duas) ordinárias.

§ 2.º - O disposto no parágrafo anterior não prevalecerá no caso de apreciação de proposição em regime de urgência.

§ 3.º - A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou horas diversas das prefixadas para as Ordinárias.

Art. 95 - Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunicá-lo-á aos Deputados em Sessão.

Parágrafo único - Se ocorrerem circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará as providências que julgar necessárias.

Art. 96 - A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo único - O tempo destinado à Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 97 - A Assembléia Legislativa realizará, no mínimo, 8 (oito) Sessões Ex-

traordinárias por mês.

## SEÇÃO I

### DAS SESSÕES PÚBLICAS

Art. 98 - À hora do início da sessão, verificando-se a presença de, no mínimo um terço dos membros da Assembléia, o Presidente dizendo: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarará aberta a sessão, sendo lida e posta em discussão a Ata da sessão anterior e, não havendo restrição, será dada por aprovada.

§ 1.º - A discussão da Ata não deverá exceder à hora do Expediente, que é a primeira da sessão.

§ 2.º - No caso de qualquer reclamação, o 2.º Secretário prestará os necessários esclarecimentos, e, quando, apesar deles, o Presidente da Mesa reconhecer a procedência da retificação, será essa consignada na Ata imediata. Da decisão do Presidente poderá haver recurso para o plenário.

Art. 99 - Na discussão da Ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra uma vez e durante dez minutos, apenas para retificá-la.

Art. 100 - A duração do expediente das sessões ordinárias é de 2:30 horas, assim distribuídas:

I - trinta minutos para discussão e votação da Ata da sessão anterior, leitura do expediente, dos pareceres das Comissões, dos projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1.º Secretário para publicação;

II - trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder o prazo improrrogável de cinco minutos, proibidos os apartes;

III - noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias e oradores inscritos ou na falta destes, a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

§ 1.º - Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra;

§ 2.º - A hora final, dividida equitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquele que pertencer a mesma bancada do orador antecedente.

§ 3.º - Aos líderes de bancada é facultada delegar a liderados seus o uso da palavra.

§ 4.º - Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes o

uso da palavra ou a indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 5.º - Na falta dos líderes e vice-líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 101 - Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada para a Ordem do Dia.

§ 1.º - Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão a ordem estabelecida no parágrafo primeiro, do artigo 112.

§ 2.º - Não havendo número para votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder às votações.

§ 3.º - As votações não serão interrompidas, salvo ao esgotar-se a hora a elas destinada ou quando, no decorrer das mesmas, se verificar a falta de número, hipótese em que ficarão adiadas para a sessão seguinte.

§ 4.º - Terminadas as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado se nenhum Deputado se houver inscrito ou solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 5.º - Se não houver número para a sua imediata votação deverá figurar, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

Art. 102 - Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a sessão, proferindo a fórmula: "Levanta-se a sessão".

Art. 103 - As inscrições dos oradores, para a hora do expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.

§ 1.º - Não será permitida outra inscrição do Deputado antes de haver usado da palavra.

§ 2.º - Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia, sem prejuízo da colocação em pauta de qualquer proposição, poderá solicitá-lo por escrito ao Presidente.

Art. 104 - Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

§ 1.º - Salvo deliberação do Plenário, nenhum projeto será entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem que figure em pauta, ficando sobre a Mesa, para conhecimento e estudo dos Deputados, durante 3 sessões consecutivas.

§ 2.º - As matérias em pauta serão enunciadas diariamente em seguida à Ordem do Dia.

§ 3.º - Desde que o projeto figure em pauta, a Mesa receberá as emendas que cou-

berem e anotarão os pedidos de inscrição dos Deputados que desejarem discutir a matéria.

§ 4.º - Se forem apresentadas emendas que não estiverem assinadas pela maioria dos membros de qualquer Comissão, estas serão remetidas à Comissão competente, para o respectivo parecer e, oferecido este, ficarão em condições de entrar para a Ordem do Dia.

§ 5.º - Se não forem apresentadas emendas do plenário e não houver orador inscrito para debater o projeto em pauta, entrará ele em Ordem do Dia, para votação.

§ 6.º - É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, com recurso para o Plenário, retirar da pauta proposição que necessite parecer de outra Comissão, esteja em desacordo com exigência regimental, ou demande qualquer providência antes da inclusão em Ordem do Dia.

## SEÇÃO II

### DAS SESSÕES SECRETAS

Art. 105 - A Assembléia poderá realizar sessões secretas, se assim o resolver a maioria dos seus membros, a requerimento escrito de qualquer comissão ou Deputado.

Parágrafo único - Esse requerimento, em que deve ser indicado o objeto da sessão, será submetido a voto independentemente de discussão.

Art. 106 - Para realizar a sessão secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e mais dependências do recinto todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados da Casa e os encarregados do serviço de debates e taquigrafia.

§ 1.º - Reunida a Assembléia, em sessão secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto deve ou não ser assim tratado; e, conforme o resultado, a sessão continuará secreta ou se tornará pública.

§ 2.º - Antes de se encerrar a sessão secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos ou seus debates e deliberações ou constar de Ata pública.

§ 3.º - As Atas das sessões secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a sessão, assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelos 1.º e 2.º secretários, com a data da sessão, e recolhidas ao arquivo da Assembléia.

## SEÇÃO III

### DA AUDIÊNCIA DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

Art. 107 - Nos termos da Constituição, a Assembléia e suas Comissões podem convocar por deliberação da maioria de seus membros, qualquer Secretário de Estado, para prestar informações sobre questões prévias e expressamente determinadas, atinentes a assuntos da respectiva Secretaria.

§ 1.º - Resolvida pela Assembléia, ou por qualquer de suas Comissões, a convoca-

ção de um Secretário de Estado, serão imediatamente designados dia e hora para a audiência do mesmo.

§ 2.º - Ao secretário convocado será expedida comunicação, mediante ofício firmado pelo 1.º Secretário, com a menção do dia e hora em que terá de comparecer e com a declaração do objeto das informações pedidas.

Art. 108 - Ao secretário que desejar solicitar providências legislativas ou prestar esclarecimentos independente de qualquer convocação da Assembléia ou de suas Comissões, serão, por estas ou por aquela, marcados dia e hora para esse fim, logo que tenham ciência do pedido.

Art. 109 - Para a audiência do Secretário, em qualquer caso, pela Assembléia ou suas Comissões, regulará o prazo que houver sido previamente fixado.

§ 1.º - Esse prazo poderá ser prorrogado, com preferência sobre qualquer assunto.

§ 2.º - Encerrada a exposição do Secretário, poderão ser formuladas perguntas de esclarecimento pelos Deputados, não podendo cada um fazê-lo por mais cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3.º - O Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado para o esclarecimento que lhe for solicitado, sendo-lhe lícito não responder com a declaração que o faz por não ter o pedido pertinência com a matéria da convocação.

Art. 110 - O Secretário de Estado que comparecer perante a Assembléia, ou suas Comissões, para prestar esclarecimentos ou solicitar providências, terá assento à direita do Presidente.

Parágrafo único - Aplicam-se ao comparecimento espontâneo do Secretário as disposições do artigo anterior.

Art. 111 - Se por motivo justificado o Secretário não puder comparecer no dia e hora marcados, a Assembléia ou suas Comissões, marcará novo dia e hora para seu comparecimento.

## SEÇÃO IV

### DA ORDEM DO DIA

Art. 112 - A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a sessão respectiva.

§ 1.º - Na Ordem do Dia serão colocados em primeiro lugar as propostas de emenda à Constituição e projetos vetados, os projetos em redação final, seguidos dos em regime de urgência e, depois, os em regime de trâmite ordinário, na ordem seguinte:

#### 1. Discussões encerradas:

##### a. discussões únicas;

b. 1.<sup>as</sup> discussões.

2. Votações adiadas:

a. discussões únicas

b. 1.<sup>as</sup> discussões

3. Discussões adiadas:

a. discussões únicas

b. 1.<sup>as</sup> discussões.

4. Discussões iniciais:

a. discussões únicas

b. 1.<sup>as</sup> discussões.

§ 2.<sup>o</sup> - Dentro de cada grupo de matéria da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

1. projetos de lei;
2. projetos de resolução;
3. indicações;
4. requerimentos.

Art. 113 - A proposição só entrará na Ordem do Dia desde que em condições regimentais.

Art. 114 - O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará obrigatoriamente:

- I- discussão a que está sujeita;
- II- número do projeto;
- III- o autor;
- IV- a ementa;
- V- a conclusão dos pareceres, se favoráveis, contrários, com emenda ou subemenda;
- VI- outras indicações que se fizerem necessárias.

CAPÍTULO II  
DAS QUESTÕES DE ORDEM

Art. 115 - Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regime, na sua prática, constituirão questões de ordem.

§ 1.<sup>o</sup> - Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia.

§ 2.<sup>o</sup> - Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de 10 minutos para formular uma ou, simultaneamente, mais de uma questão de ordem.

§ 3.<sup>o</sup> - No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado, para encaminhar a votação.

§ 4.<sup>o</sup> - Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado falar "pela ordem", para reclamar a observância de disposição expressa do Regimento, exceto no momento das votações, em que só terão esse direito o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação.

§ 5.<sup>o</sup> - Sobre uma mesma questão de ordem, cada Deputado poderá falar somente uma vez.

Art. 116 - O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicita

"pela ordem", mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o artigo regimental que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos.

Art. 117 - Serão registrados em livro especial todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente.

CAPÍTULO III  
DA ORDEM INTERNA

Art. 118 - O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, à Comissão Executiva, sem intervenção de qualquer outro Poder.

Parágrafo Único - Para esse policiamento, a Comissão poderá requisitar praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira e exclusiva disposição da Mesa.

Art. 119 - Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde o maior silêncio sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 1.<sup>o</sup> - Haverá lugares especiais para Senhoras, Secretários de Estado, autoridades federais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do corpo consular, magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.

§ 2.<sup>o</sup> - Os representantes da imprensa e do rádio, ocuparão lugares especialmente reservados ao exercício de sua profissão junto à Assembléia.

§ 3.<sup>o</sup> - No recinto da Assembléia, durante as sessões, só serão admitidos, os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa e do rádio devidamente autorizados pela Mesa.

§ 4.<sup>o</sup> - Os espectadores que perturbarem a sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembléia.

Art. 120 - Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá suspender ou levantar a sessão.

Art. 121 - Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembléia, qualquer excesso digno de repressão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato, o exporá à Assembléia para esta determinar o que lhe parecer conveniente, em sessão secreta.

Art. 122 - Se no edifício da Assembléia se perpetrar algum delito, a Comissão Executiva realizará a prisão do culpado e instaurará inquérito sob a direção de um dos seus membros, designado pelo Presidente, devendo servir como escrivão um funcionário da Secretaria.

§ 1.<sup>o</sup> - Esse inquérito, que deverá ter rápido andamento, será enviado à autoridade

de judiciária competente.

§ 2.º - Observar-se-ão nesse inquérito, no que lhe forem aplicáveis, as regras do processo penal e regulamentos policiais do Estado.

#### CAPÍTULO IV DAS ATAS

Art.123 - De cada sessão da Assembléia, lavrar-se-á, além da Ata destinada ao "Diário da Assembléia", outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em sessão e submetida ao voto dos presentes.

§ 1.º - Depois de aprovada, a Ata será assinada pelo Presidente e pelos 1.º e 2.º Secretários.

§ 2.º - Essa Ata será lavrada, ainda que não haja sessão por falta de número, dela constando o Expediente despachado.

Art.124 - O "Diário da Assembléia" publicará cada dia a Ata da sessão anterior, com os detalhes dos respectivos trabalhos.

Art.125 - Os documentos lidos em sessão serão mencionados na Ata em resumo, e transcritos no "Diário da Assembléia", de acordo com as disposições regimentais.

§ 1.º - Os discursos proferidos durante a sessão serão publicados por extenso, ou em resumo, na Ata destinada ao "Diário da Assembléia".

§ 2.º - As informações e os documentos oficiais, lidos pelo 1.º Secretário, à hora do Expediente, em resumo, serão somente publicados na Ata destinada ao "Diário da Assembléia", com a declaração do objeto a que se referirem, salvo se for a sua publicação integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3.º - As informações enviadas à Assembléia pelo Governo a requerimento de qualquer Deputado, serão publicadas na Ata impressa, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4.º - Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado.

§ 5.º - Em qualquer das Atas, não será inserto nenhum documento sem expressa permissão da Assembléia ou da Mesa, por despacho do 1.º Secretário, nos casos previstos pelo Regimento.

§ 6.º - Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na Ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido redigidos em termos concisos e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

Art.126- A Ata da última sessão de cada ano, ordinária ou extraordinária, será submetida a discussão antes de se levantar a sessão, podendo ser aprovada com qualquer número.

#### TÍTULO V DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

##### CAPÍTULO I DAS PROPOSIÇÕES EM GERAL

Art.127 - Proposição é toda a matéria sujeita a deliberação da Assembléia.

§ 1.º - As proposições poderão consistir em projetos de lei, projetos de resolução, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2.º - Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3.º - Toda a proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 4.º - A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições privativas do Legislativo.

§ 5.º - As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei, deverão transcrevê-lo por extenso em seguida à justificação.

§ 6.º - Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7.º - Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de discussão ou de votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

Art.128 - As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo 1.º Secretário, à hora do Expediente, se não o tiver sido pelo autor e, ao passar-se à Ordem do Dia, o Presidente as submeterá a votos, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação.

§ 1.º - Considerada a proposição objeto de deliberação, será enviada à Comissão competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.

§ 2.º - Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição, desde logo, rejeitada.

§ 3.º - Independem de apoio, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador e as que vierem assinadas por 5 Deputados, pelo menos.

Art.129 - Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao plenário.

Art.130 - Poderá a Assembléia decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo os pareceres das Comis-

sões permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

# SEÇÃO I DOS PROJETOS

Art. 131 - A Assembléia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei ou de resoluções.

§ 1.º - Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2.º - Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de competência exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução, tais como:

I - autorização para o Governador e o Vice-Governador se afastarem do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias;

II - fixação do subsídio e representação do Governador e do Vice-Governador;

III - solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

IV - aprovação ou suspensão da intervenção estadual nos Municípios;

V - aprovação da indicação de Prefeito da Capital e das estâncias hidrominerais, e dos Conselheiros do Tribunal de Contas;

VI - suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei ou decreto estadual ou municipal, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Tribunal de Justiça;

VII - sustação de processo criminal contra Deputado;

VIII - deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de sustação de contrato inquinado de ilegalidade;

IX - aprovação de convênios celebrados pelo Governador com a União, os Estados ou Municípios.

§ 3.º - O projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual-legislativo, sobre que deva a Assembléia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de deputado;

II - matéria de natureza regimental;

III - criação de comissão de inquérito excedente de cinco em funcionamento;

IV - conclusão de comissão de inquérito;

V - fixação de subsídio e ajuda de custo dos Deputados;

VI - declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e, quando houver conexão, contra os Secretários de Estado;

VII - contas do Governador;

VIII - mudança temporária da sede da

Assembléia;

IX - as contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

X - licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

XI - delegação legislativa ao Governador;

XII - inclusão, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Constituição do Estado;

XIII - todo e qualquer ato de sua economia interna, que não se compreenda nos limites do simples ato administrativo, a respeito do que se proverá no regulamento dos seus serviços.

Art. 132 - O decreto legislativo e a resolução serão promulgadas pelo Presidente da Assembléia Legislativa, dentro de quarenta e oito horas, se este não o fizer, em igual prazo, fa-lo-á o 1.º Vice-Presidente.

Art. 133 - Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, sendo precedidos sempre de ementa enunciativa de seu objeto.

§ 1.º - O autor do projeto poderá fundamentá-lo, por escrito ou verbalmente, observadas as prescrições deste Regimento.

§ 2.º - Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que, postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3.º - Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restitui-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4.º - Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou antiregimental.

§ 5.º - Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembléia, entrarão em Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame forem submetidos.

Art. 134 - A iniciativa dos projetos, cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia, ao Governador e aos Tribunais.

Parágrafo Único - Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador e dos Tribunais, poderão ter origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissões.

Art. 135 - O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Art. 136 - As matérias constantes de projeto de lei rejeitado ou não sancionado, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da

maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

## SEÇÃO II DAS INDICAÇÕES

Art.137 - Indicação é a proposição de qualquer Deputado, sugerindo a manifestação da Assembléia, ou de suas Comissões, sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo.

§ 1.º - As indicações serão redigidas por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinadas pelo autor.

§ 2.º - As indicações, depois de lidas perante a Assembléia pelo 1.º Secretário, se não o tiverem sido pelos seus autores, serão despachadas, obrigatoriamente, às Comissões com que se relacionarem e mandadas publicar na íntegra.

§ 3.º - As indicações independem de qualquer julgamento preliminar da Assembléia.

§ 4.º - A Comissão que recebe indicação deverá interpor parecer dentro do prazo de 10 dias.

§ 5.º - A indicação e o respectivo parecer serão sujeitos à discussão única.

§ 6.º - Se a indicação for apresentada emenda, voltará à Comissão para dar parecer sobre a mesma.

§ 7.º - Este segundo parecer sofrerá discussão única.

§ 8.º - Se a Assembléia opinar sobre indicação que concluir por projeto de lei ou de resolução, o projeto seguirá os trâmites regimentais a que se acham subordinadas as proposições desta natureza.

## SEÇÃO III DOS REQUERIMENTOS

Art.138 - Requerimento é todo o pedido dirigido ao Presidente da Assembléia, sobre objeto de Expediente ou de Ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único - Os requerimentos são de suas espécies:

I- os sujeitos a despacho do Presidente;

II- os sujeitos à deliberação da Assembléia.

Art.139 - Estão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar, de discussão e votação, os requerimentos verbais que solicitarem:

I- a palavra, ou a sua desistência;

II- a posse de deputado;

III- a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV- a retificação de Ata;

V- a inserção de declaração de voto em

Ata;

VI- a observância de algum dispositivo regimental;

VII- a retirada de requerimento verbal ou escrito;

VIII- a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

IX- a verificação de votação;

X- o preenchimento de vagas nas Comissões;

XI- informações sobre a ordem dos trabalhos;

XII- a chamada nominal para verificação de quorum.

Art.140 - Serão escritos e independem de discussão e de votação, sendo despachados de ofício pelo Presidente, os requerimentos de qualquer Comissão, solicitando audiência de outra ou outras sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais.

Art.141 - Dependem de deliberação do plenário os requerimentos referidos nos parágrafos seguintes:

§ 1.º - Serão escritos e independem de apoio e discussão, podendo ser votados com qualquer número; os requerimentos que solicitarem:

I- publicação de informações oficiais no "Diário da Assembléia";

II - nomeação de Comissões externas;

III- inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV- levantamento da sessão por motivo de pesar ou de regozijo público;

V- manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por outra qualquer forma escrita;

VI- permissão para falar sentado.

§ 2.º - Serão escritos e independem de apoio e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria absoluta dos Deputados, os requerimentos que tiverem por fim pedir:

I- dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

II- dispensa de impressão de qualquer proposição;

III- dispensa de membro de qualquer Comissão;

IV - retirada de proposição, substituição, emenda ou subemenda com parecer favorável;

V- destaque de emenda aprovada, ou da parte de proposição, para constituir projeto separado.

VI- remessa a determinada Comissão de papéis despachados a outra.

VII- discussão e votação de proposição por capítulos, grupos de artigos, ou de emendas;

VIII- adiamento da discussão ou da votação;

- IX- encerramento de discussão;
- X- votação por determinado processo;
- XI- preferência;
- XII- urgência;
- XIII- audiência de uma comissão sobre determinada matéria;
- XIV- a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 3.º - Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria absoluta dos Deputados, os requerimentos sobre:

- I- convocação de Secretário de Estado;
- II- inserção nos Anais ou no "Diário da Assembléia", de documentos de publicação não oficiais;
- III- criação de Comissões Especiais;
- IV- sessões extraordinárias;
- V- sessões secretas;
- VI- Licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;
- VII- autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;
- VIII- quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevindos no decurso das discussões ou das votações.

Art.142 - A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro, depois de por este retirado.

Art.143 - Independência de apoio o requerimento subscrito por cinco ou mais Deputados.

Art.144 - Os requerimentos de informação somente poderão referir-se a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sobre fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

§ 1.º - Se no prazo de 48 horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2.º - Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembléia mediante pedido do autor fará reiterar a solicitação através de ofício, em que acentuará aquela circunstância.

§ 3.º - Recebida a resposta, constará do Expediente e será encaminhado ao Deputado requerente.

§ 4.º - O Presidente deixará de encaminhar requerimento de informação que contenha expressão descortês, bem como deixará de receber resposta vazada em termos ofensivos da dignidade de Deputado ou da Assembléia, cientificando do ato o interessado.

Art.145 - Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar a audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

## SEÇÃO IV DAS EMENDAS

Art.146 - Emenda é a proposição apresentada como acessórias de outra.

Art.147 - As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificadas.

§ 1.º - Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2.º - Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea a outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3.º - Emenda Aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§ 4.º - Emenda modificada é a que não altera substancialmente a proposição principal.

§ 5.º - Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta e imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6.º - A Mesa fará publicar, na Ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver recusado com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7.º - As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I- emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II- emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III- emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação;

§ 8.º - A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, número ou letra de uma proposição, para efeito de sua votação, será considerada emenda supressiva.

§ 9.º - A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art.148 - A Emenda apresentada a outra emenda, denomina-se sub-emenda.

Art.149 - As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo Único - Independem de apoio as emendas das Comissões e as que forem subscritas por 5 (cinco) Deputados.

Art.150 - Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista nos projetos de competência exclusiva do Governador naqueles relativos à organização dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa e dos Tribunais Estaduais; nos de alteração da organização e divisão judiciárias, nem, quanto a estes, que disponham sobre matéria estranha ao seu projeto.

Art.151 - Nos projetos de competência exclusiva da Assembléia ou dos Tribunais que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos membros da Assembléia.

Art.152 - As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

- I- quando estiverem em Pauta;
- II- ao iniciar a discussão, desde que apoiada por cinco Deputados;
- III- nas Comissões, pelos respectivos relatores ou pela maioria dos seus membros.

§ 1.º - Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente poderá, de ofício ou a requerimento, encaminhá-lo à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2.º - Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas se tornar difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o presidente a requerimento de Deputado, enviará o Projeto à Comissão competente para emitir parecer o qual será impresso e distribuído em avulsos, sem sofrer discussão especial.

## CAPÍTULO II DA DISCUSSÃO

### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 153 - Discussão é a fase dos trabalhos destinada ao debate em Plenário.

Art.154 - A discussão será feita sobre o conjunto da proposição.

Art.155 - As proposições serão apreciadas e decididas pelo Plenário num único turno de discussão e votação.

Parágrafo Único - Serão votados em dois turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito horas entre eles, os projetos relativos a criação de cargos nas Secretarias dos Tribunais e da Assembléia.

Art.156 - O projeto que receber parecer contrário, quanto ao mérito de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Art.157 - O Presidente, aquiescendo o Plenário, poderá anunciar o debate por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art.158 - Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1.º - Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente, a favor e contra.

§ 2.º - Respeitada a alternatividade, a palavra será concedida dentre os inscri-

tos na seguinte ordem:

- I- ao autor da proposição;
- II- aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;
- III- ao autor do voto vencido, originariamente designado relator, respeitada a ordem indicada no número anterior.

Art.159 - O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

- I- desviar-se da questão em debate;
- II- falar sobre o vencido;
- III- usar de linguagem imprópria;
- IV- ultrapassar o prazo regimental;

Art.160 - Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art.161 - O Presidente solicitará ao orador que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

- I- quando houver número legal para deliberar, procedendo-se imediatamente à votação;
- II- para comunicação importante à Assembléia;
- III- para recepção de autoridade ou personalidade de excepcional relevo, desde que assim resolva o Plenário por proposta do Presidente ou de qualquer Deputado;
- IV- no caso de tumulto grave no recinto ou no edifício da Assembléia, que reclame a suspensão ou o levantamento da sessão.

### SEÇÃO II DOS PRAZOS

Art.162 - São assegurados os seguintes prazos nos debates durante a Ordem do Dia:

- I- 60 minutos para a discussão de projeto;
- II- 30 minutos para a discussão de indicação;
- III- 30 minutos para a discussão de requerimento;
- IV- 10 minutos para formular questão de ordem;
- V- 03 minutos para apartear.

Parágrafo Único - Salvo disposição regimental expressa, o Deputado só poderá falar uma vez na discussão de qualquer projeto, exceto o Autor e o Relator, que poderão falar duas vezes cada um.

Art.163 - Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre emenda, apenas uma vez pelo prazo de quinze minutos.

Art.164 - Sobre qualquer outra matéria em discussão, não abrangida pelo artigo 162, cada Deputado poderá falar uma vez pelo prazo de trinta minutos.

### SEÇÃO III AO ADIAMENTO DA DISCUSSÃO

Art.165 - Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido ou seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1.º - Ao projeto em regime de urgência não será admitido o adiamento.

§ 2.º - Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos de adiamento, será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

Art.166 - Se algum Deputado pedir a palavra para discutir requerimento apresentado na sessão, a discussão será adiada para a Ordem do Dia seguinte.

#### SEÇÃO IV

##### DO ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO

Art.167 - O encerramento da discussão dar-se-á pela ausência de oradores, ou pelo decurso dos prazos regimentais.

§ 1.º - A discussão poderá ser encerrada por deliberação do Plenário, a requerimento de um terço, pelo menos, da Assembléia, sendo permitido o encaminhamento de votação pelo prazo de cinco minutos, por dois oradores, um contra e um a favor.

§ 2.º - Se a discussão se proceder por partes, o encerramento de cada parte só poderá ser pedido depois de terem falado, no mínimo, dois oradores.

Art.168 - A discussão não será encerrada quando houver pedido de adiamento e este não puder ser votado por falta de número.

#### CAPÍTULO III

##### DA VOTAÇÃO

##### SEÇÃO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.169 - A votação completa o turno regimental da discussão.

§ 1.º - Durante o tempo destinado à votações, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das sessões.

§ 2.º - O Deputado poderá escusar-se de tomar parte na votação, registrando simplesmente "abstenção".

§ 3.º - Tratando-se de causa própria ou de assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quorum, seu voto será considerado em branco.

§ 4.º - Proceder-se-á à imediata votação das proposições sujeitas a discussão, logo após o encerramento desta, se houver número na Casa, ou se não tiverem sido emendadas. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer.

§ 5.º - Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de número, ou por se ter esgotado o período destinado à Or-

dem do Dia. Nesse último caso, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.

Art.170 - É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art.171 - Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Art.172 - Os projetos de Lei Complementares da Constituição somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

Art.173 - Os projetos de lei que criam cargos nos quadros das Secretarias dos Tribunais e da Assembléia somente serão aprovados se obtiverem os votos da maioria absoluta dos membros da Assembléia.

#### SEÇÃO II

##### DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

Art.174 - São três os processos de votação:

I- simbólico;

II- nominal;

III- por escrutínio secreto.

Parágrafo único - Escolhido um processo de votação, outro será admitido, quer para matéria principal, quer para substitutivo, emenda ou subemenda a ela referentes, salvo em votação correspondente a outro turno.

Art.175 - Pelo processo simbólico o Presidente, ao anunciar a votação de qualquer matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Parágrafo único - A votação será feita de modo inverso se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um contrário ou quando não houver parecer.

Art.176 - Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que tenha delas participado poderá pedir a verificação de votação.

§ 1.º - Requerida a verificação, o Presidente convidará a levantarem-se os Deputados que votaram a favor, a fim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, para ser também procedida a contagem, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

§ 2.º - É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

§ 3.º - Não se procederá a mais de uma verificação para cada votação.

Art. 177 - A votação nominal far-se-á pela lista dos Deputados, que será chamada pelo 1.º Secretário e responderão SIM ou NÃO, segundo sejam favoráveis ou contrários ao que se estiver votando.

§ 1.º - À medida em que o 1.º Secretário proceder à chamada, o 2.º Secretário anotará as respostas e as repetirá em voz alta.

§ 2.º - Terminada a chamada a que se refere o parágrafo anterior, proceder-se-á ato contínuo à chamada dos Deputados cuja ausência tenha sido verificada.

§ 3.º - Enquanto não for proclamado o resultado da votação pelo Presidente, será lícito ao Deputado obter da Mesa o registro do seu voto.

§ 4.º - O Presidente proclamará o resultado e mandará ler os nomes dos Deputados que tenham votado SIM e dos que tenham votado NÃO.

§ 5.º - O Deputado poderá retificar o seu voto, devendo declará-lo em Plenário, antes de proclamado o resultado da votação.

§ 6.º - A relação dos Deputados que votarem a favor ou contra será publicada no Diário da Assembléia.

§ 7.º - Só poderão ser aceitas reclamações quanto ao resultado da votação, antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria.

Art. 178 - Para se praticar a votação nominal será mister que algum Deputado a requeira e a Assembléia a admita.

Art. 179 - O requerimento verbal não admitirá votação nominal.

Art. 180 - A votação por escrutínio secreto será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a Mesa.

Art. 181 - Far-se-á votação por escrutínio secreto somente quando assim o exigir a Constituição do Estado.

### SEÇÃO III

#### DO MÉTODO DE VOTAÇÃO E DO DESTAQUE

Art. 182 - Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em globo.

Art. 183 - As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável, entre as quais se consideram as de Comissão, ou contrário.

§ 1.º - Nos casos em que houver, em relação às emendas pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2.º - O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma.

§ 3.º - Também, poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por parte, tais como: títulos, capítulos, seções, grupos de artigos ou artigos.

§ 4.º - O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 5.º - O requerimento relativo a qualquer proposição precede-la-á na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 6.º - Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo, ou parte do texto de uma proposição, para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário.

### SEÇÃO IV

#### DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 184 - No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra, a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos.

Art. 185 - O encaminhamento da votação tem lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 186 - Para encaminhar a votação cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

Art. 187 - O encaminhamento da votação, em segunda discussão, poderá ser feito sobre cada artigo e cada emenda.

Art. 188 - Não caberá encaminhamento de votação nos requerimentos verbais, que solicitem prorrogação do tempo da sessão ou votação por determinado processo.

### SEÇÃO V

#### DO ADIAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 189 - O adiamento da votação de qualquer proposição só pode ser requerido antes de seu início.

§ 1.º - O adiamento da votação só poderá ser concedido uma vez e por prazo previamente fixado não superior a cinco sessões.

§ 2.º - Solicitado, simultaneamente, mais de um adiamento, a adoção de um requerimento prejudicará os demais.

§ 3.º - A proposição de natureza urgente, ou em regime de urgência, não admite adiamento de votação.

### SEÇÃO VI

#### DO INTERSTÍCIO

Art. 190 - Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1.º - Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto mediarão 24 horas.

§ 2.º - A Assembléia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que se faça na mesma sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3.º - Não poderão ser dispensados de interstício para a discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às Comissões, para a redação do vencido e os de criação de cargos na Secretaria da Assembléia Legislativa e Tribunais.

§ 4.º - Será de 48 horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 5.º - Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe devam ser incorporadas na redação, o Presidente poderá prorrogar o prazo assinado às Comissões para esse fim.

Art. 191 - Nenhum projeto será discutido sem que tenha sido dado para a Ordem do Dia pelo menos vinte e quatro horas antes.

#### CAPÍTULO IV DA PREFERÊNCIA

Art. 192 - Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

Art. 193 - Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

- I - prorrogação da sessão legislativa;
- II - emenda constitucional;
- III - adiamento da sessão legislativa;
- IV - matéria considerada urgente;
- V - leis orçamentárias.

Art. 194 - Terão preferência na votação:

- I - as emendas supressivas;
- II - as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como, sobre as aditivas e as modificadas;
- III - as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo único - Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando apresentados simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 195 - A ordem regimental das preferências poderá ser alterada por deliberação da Assembléia.

§ 1.º - Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2.º - O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, sobre determinado artigo, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3.º - Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras, deverá o requerimento ser apresentado ao se enunciar esta.

§ 4.º - Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por 5 Deputados.

§ 5.º - Independerão desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer membro da Mesa.

Art. 196 - Quando os requerimentos de preferência excederem de três, o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembléia admite modificação na Ordem do Dia.

§ 1.º - Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2.º - Recusando, porém, a Assembléia admitir modificações na Ordem do Dia, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

#### CAPÍTULO V DA URGÊNCIA

Art. 197 - Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até a sua decisão final.

Parágrafo único - Os requerimentos de urgência serão escritos e a discussão em torno dos mesmos não poderá exceder de trinta minutos.

Art. 198 - Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

- a) será concedido o prazo de 48 horas a cada uma das Comissões permanentes, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres.
- b) expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso hajam merecido os pareceres das Comissões permanentes;
- c) na falta desses pareceres, a proposição figurará em pauta, na forma regimental, antes de ser incluída na Ordem do Dia.

Art. 199 - Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, será dispensada para a proposição, desde que lhe seja dado o regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças.

Art. 200 - Não se tratando de proposição que implique em abertura de crédito ou em despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída desde logo na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 201 - Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma sessão legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitados pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão permanente ou por seus respectivos Presidentes.

#### CAPÍTULO VI DA REDAÇÃO FINAL

Art. 202 - Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Redação para elaborar a redação final, na conformidade com o vencedor.

§ 1.º - Excetuam-se do disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária e de tomada de contas do Governador do Estado, enviados à Comissão de Orçamento e à Comissão de Tomada de Contas, respectivamente, bem como os apreciados por Comissão Especial.

§ 2.º - A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembléia ou em avulsos.

§ 3.º - A Câmara poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão aprová-la por unanimidade.

§ 4.º - Para as proposições aprovadas sem emenda a redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir.

Art. 203 - Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

Art. 204 - Só caberão emendas à redação final para evitar incorreção de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

§ 1.º - A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final.

§ 2.º - Aprovada qualquer emenda, voltará a proposição à Comissão para apresentar nova redação final, no prazo de quarenta e oito horas.

§ 3.º - Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do Autógrafo, se verificar inexatidão do texto, o Presidente procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção; em caso contrário, caberá decisão do Plenário.

#### CAPÍTULO VII DO AUTÓGRAFO

Art. 205 - Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário ou o texto original, quando dispensada.

Art. 206 - Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa da Assembléia serão enviados à sanção acompanhados do resumo das respectivas justificações.

#### CAPÍTULO VIII DO PROJETO ORÇAMENTÁRIO

Art. 207 - Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da sessão, determinando, em seguida, a sua publicação em avulso e remessa à Comissão de Orçamento.

Art. 208 - Durante 10 (dez) dias, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto ficará ele, na Comissão de Orçamento, aguardando a apresentação de emenda.

Art. 209 - Escoado o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão de Orçamento determinará a classificação, numeração e publicação das emendas, no prazo máximo de sete (7) dias, negando tramitação àquelas de que decorra aumento da despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou as que visem a modificar o seu montante, natureza ou objetivo.

Parágrafo único - Os despachos denegatórios de trâmites às emendas serão comunicadas aos seus autores no prazo de 48 horas, os quais poderão interpor recurso por escrito, para o Plenário da Comissão de Orçamento, nas 48 horas seguintes.

Art. 210 - O Presidente da Comissão de Orçamento poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores parciais e um geral, incumbido da coordenação e condensação, das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo único - Fica assegurado, ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária, o direito de apresentar juntamente com o parecer, emendas decorrentes do exame feito sobre o projeto e emendas.

Art. 211 - A Comissão de Orçamento terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e emendas.

Art. 212 - Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas, não se concederá vista a nenhum membro da Comissão.

Parágrafo único - Durante a discussão do parecer, poderá usar da palavra, qualquer membro da Comissão por dez minutos improrrogáveis; aos demais Deputados só

será permitido usar da palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar por prazo não superior a quinze minutos.

Art. 213 - A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos membros da Assembléia Legislativa requiera, por escrito, ao Presidente, a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art. 214 - O Governador do Estado poderá enviar mensagem propondo modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo único - Recebida a mensagem, o Presidente da Assembléia Legislativa acertará com o Presidente da Comissão de Orçamento e o relator, prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de Orçamento a respeito da retificação proposta, bem como para a sua apreciação em Plenário.

Art. 215 - Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, observado o interstício de 48 horas, será o projeto e emendas cuja votação for requerida na forma do artigo 213 incluído na Ordem do Dia para discussão e votação.

Art. 216 - Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção governamental.

Art. 217 - Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou escoado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembléia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

#### CAPÍTULO IX DOS PROJETOS DE CÓDIGO OU DE CONSOLIDAÇÃO DE LEIS

Art. 218 - Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo mandado a imprimir, a fim de ser distribuído.

§ 1.º - A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de 60 dias.

§ 2.º - Esgotado esse prazo, a Assembléia constituirá uma Comissão Especial composta de 5 membros, para opinar, no prazo de 30 dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgar convenientes.

§ 3.º - Apresentado o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, permanecerá este sobre a mesa, durante 15 dias, para receber emendas.

§ 4.º - Após o prazo do pará-

grafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de 12 dias.

§ 5.º - Apresentado, impresso e distribuído o parecer da Comissão, sobre as emendas, serão o parecer e o projeto dados a discussão, que será única e poderá prolongar-se por 20 sessões.

§ 6.º - A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer Deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7.º - Quando a Assembléia o resolver, por dois terços, pelo menos, de seus membros, a votação poderá ser feita em globo.

#### CAPÍTULO X DOS PROJETOS VETADOS

Art. 219 - Os projetos devolvidos à Assembléia, com o veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer, dentro do prazo improrrogável de 10 dias.

§ 1.º - Com o parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro do prazo de 10 dias, será o projeto vetado submetido à discussão única e votação pública, considerando-se aprovado se obtiver o voto de dois terços dos Deputados presentes e será, neste caso, enviado ao Governador para promulgação.

§ 2.º - Considerar-se-ão mantidos os vetos não apreciados em quarenta e cinco dias.

§ 3.º - Se o projeto não for promulgado dentro de 48 horas, pelo Governador, o Presidente da Assembléia o promulgará e, se este não o fizer, em igual prazo fará o 1.º Vice-Presidente.

#### CAPÍTULO XI DA INDICAÇÃO DE PREFEITO DA CAPITAL E DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 220 - Recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco (5) membros, assegurada a representação proporcional para, no prazo de três (3) dias, opinar.

Parágrafo único - A Comissão poderá ouvir o indicado, em sessão reservada.

Art. 221 - Recebido o parecer, a Mesa convocará sessão especial, dentro de quarenta e oito (48) horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 222 - A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos presentes, em votação secreta.

Art. 223 - Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento da votação, respectivamente.

Art. 224 - Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de 15 minutos.

Art. 225 - No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de 10 minutos.

Art. 226 - Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos e não serão admitidos durante encaminhamento da votação.

Art. 227 - A Assembléia comunicará ao Governador, dentro de 24 horas, o resultado da deliberação.

## CAPÍTULO XII DAS MODIFICAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO

Art. 228 - O Regimento Interno só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1.º - O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão sujeitos a discussão em dois dias de sessão, pelo menos.

§ 2.º - Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas a Comissão Executiva, dentro de 3 dias, dirá sobre elas.

## CAPÍTULO XIII DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 229 - Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Art. 230 - A Assembléia constituirá Comissão Especial composta de cinco membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 231 - Recebido e publicado o parecer da Comissão, serão a proposta e respectivas emendas incluídas na Ordem do Dia.

Art. 232 - A proposta será discutida e votada em dois turnos, pelo processo simbólico, considerando-se aprovada quando obtiver dois terços dos votos favoráveis dos membros da Assembléia Legislativa.

Parágrafo único - Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

Art. 233 - Aprovada a redação final será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

## CAPÍTULO XIV DOS PROJETOS COM TRÂMITE EM PRAZO DETERMINADO

Art. 234 - Recebido o projeto de ini-

ciativa do Governador do Estado, com prazo de quarenta e cinco dias, será aberto o período de cinco dias para apresentação de emendas.

Parágrafo único - Findo o prazo previsto neste artigo, a Mesa encaminhará o projeto e emendas às Comissões.

Art. 235 - As Comissões, para se manifestarem sobre o projeto e emendas, terão o prazo reduzido pela metade.

Art. 236 - Durante as discussões, cada orador poderá usar da palavra por dez minutos improrrogáveis.

Art. 237 - Para encaminhar a votação, só poderão falar por cinco minutos improrrogáveis, os Líderes e três Deputados de cada Partido, devidamente inscritos.

Art. 238 - A redação final será elaborada pela Comissão de Redação no prazo máximo de três dias e submetida a votos independentemente de publicação.

Parágrafo único - Será dispensada a redação final se o projeto houver sido aprovado sem emendas e o texto for considerado em condições de ser efetivamente aceito.

Art. 239 - Findo o prazo a que se refere o artigo, sem deliberação da Assembléia o projeto será incluído na Ordem do Dia, em regime de urgência, nas dez sessões subsequentes em dias sucessivos; se, ao final dessas, não for apreciado, considerar-se-á definitivamente aprovado.

Art. 240 - Os prazos previstos neste Capítulo não correm nos períodos de recesso da Assembléia.

Art. 241 - Se o Governador do Estado solicitar que projeto de sua iniciativa, já proposto, seja apreciado no prazo de quarenta e cinco dias, este será computado a partir do recebimento na Assembléia da solicitação.

## TÍTULO VI

### CAPÍTULO ÚNICO DA SECRETARIA

Art. 242 - Os Serviços da Assembléia serão executados pela sua Secretaria e reger-se-ão por um regulamento especial que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1.º - O regulamento da Secretaria não poderão conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2.º - Cabe à Comissão Executiva apresentar projeto de resolução para o fim de elaborar e modificar o regulamento da Secretaria.

Art. 243 - É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus membros e ao Diretor Geral competência para a prática de atos administrativos.

Art. 244 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário, e expressamente as Resoluções n.ºs 11, de 14.12.64; 02, de 05.10.66; 09, de 07.06.67; 17, de 11.10.67; 02, de 06.02.68; 13, de 29.05.68; 21, de 30.09.68; 09, de 18.06.69; 23, de 16.09.69; 31, de 03.12.69; 01, de 27.02.70; 02, de 06.05.71; 05, de 30.06.71; 26, de 16.08.71; 26, de 16.08.72; 33, de 28.09.72; 37, de 27.09.73; 35, de 04.12.74; 21, de 28.05.75; 45, de 11.06.76; 49, de 18.06.76; 327, de 02.12.77; 109, de 24.04.79; 120, de 22.05.79; 167, de 31.08.79; 168, de 31.08.79; 229, de 23.11.79; 01, de 19.05.80; 40, de 16.09.80; o artigo 1.º da 71, de 23.12.80; 26, de 17.08.81; 02, de 06.02.68; 37, de 16.09.81; 42, de 15.10.81; 43, de 15.10.81; 34, de 30.06.83; 34, de 30.06.83 e 35, de 30.06.83.

Sala das Sessões, em  
(aa) TRAJANO BASTOS - Presidente  
GERNOTE KIRINUS - 1.º Secretário  
FRANCISCO ESCORSIN - 2.º Secretário

#### JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO DE REGIMENTO INTERNO

I - METODOLIGIA - Partiu-se do Regimento Interno existente, do qual foram mantidas as peculiaridades e usanças consagradas ao longo do tempo. Evitaram-se inovações pelo gosto de novidade. Contudo, o intento de modernizar a Lei da Casa sobrelevou a estimativa de possíveis resistências ou apego à rotina de fórmulas esclerosadas.

#### II - FONTES - 1 - Primárias:

- a) Constituição Federal
- b) Constituição Estadual
- c) Leis Complementares federal de recepção obrigatória.

#### 2 - Secundárias:

- a) Regimento Interno da Câmara dos Deputados
- b) Regimento Interno do Senado Federal.

#### 3 - Complementares:

- a) Regimento Interno da AL de São Paulo
- b) Regimento Interno da AL de Minas Gerais
- c) Regimento Interno da AL do Rio de Janeiro
- d) Regimento Interno de mais de dezena de Assembleias Legislativas.

#### III - RAZÕES JUSTIFICATIVAS DO PROJETO

1 - O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná data de 1960, portanto é anterior a toda a fundação da ordem jurídica emergente do Ato Institucional n.º 1, de 09 de abril de 1964.

A título de ilustração, tenha-se pre-

sente que o Regimento da Assembleia de São Paulo foi consolidado em 1983, o da Câmara dos Deputados em 1982 e o do Senado Federal em 1970, enquanto que Minas Gerais revisou o seu em 1971.

Portanto, de 1964 a esta parte, houve substanciais modificações institucionais, consagradas em duas Cartas (1967 e 1969) e não inseridas no Regimento, apesar da volumosa legislação vigendo em paralelo.

2 - Ao contrário da crônica tendência à prolixidade do legislador brasileiro, o Regimento Interno da Assembleia paranaense peca pela concentração normativa. Não se trata de síntese, o que seria uma virtude, mas de carência de normatização expressa de procedimentos essenciais à feitura da lei.

Exemplifica-se: enquanto o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná compõe-se de 201 artigos, o da Assembleia paulista possui 289, da mineira 295, da Câmara dos Deputados 293 e do Senado 441 artigos.

Da abertura do texto e da inclusão de novas regras resultou um total de 244 artigos para o novo projeto. Número esse que sugere média situada entre a excessiva timidez e a verbosidade inútil.

#### IV - ALTERAÇÕES E INOVAÇÕES

1 - Definição da sede do Poder Legislativo, casos em que ela poderá ser outro local e a disciplina de seu uso para atividades estranhas (art. 1.º e §§).

2 - As sessões preparatórias sofreram alterações de fundo.

Destacam-se: a prestação do compromisso constitucional antes de qualquer outro ato (no atual vinha depois da eleição da Mesa); a formação do "nome parlamentar"; a eleição do Presidente e dos demais membros da Mesa na mesma sessão, porém em urnas separadas (uma para o Presidente e outra para os restantes cargos); apuração da segunda urna somente após a definição acerca da Presidência e detalhamento do processo eleitoral interno; a previsão da data das sessões preparatórias intermediárias (3.º ano do mandato); instante e forma de preenchimento de eventual vaga na Mesa (arts. 2.º a 11).

3 - Em seguida vem o estatuto do Deputado ou a reunião do conjunto de normas que dizem respeito ao regime jurídico do mandato - extinção, perda e licença -, suas implicações financeiras - subsídio e ajuda de custo -, bem como a regência da figura do Líder de bancada partidária e seus encargos; destaque para o suplente de Deputado quanto ao modo de entrar em exercício, direitos e prerrogativas (art. 12 a 42).

4 - A Mesa (que hoje se confunde com a Comissão Executiva) recebe competências taxativamente enumeradas, em especial

aquelas que a Constituição lhe comete expressamente (arts. 43 a 45).

5 - Entre as competências do Presidente (enquanto na direção dos trabalhos legislativos) incluiu-se a de promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição, de conformidade com determinação constitucional (arts. 47 a 49).

6 - Ao 1.º Secretário reservou-se a tarefa de empossar o Diretor Geral da Secretaria da Casa, em virtude da vinculação funcional entre ambos (arts. 51 a 53).

7 - O Capítulo das Comissões sofreu total remodelação. Desde a sua classificação, sob critério mais técnico, em permanentes e temporárias, passando por definir-lhes atribuições comuns enquanto órgãos de base do Poder até uma descrição de competências, mais ampla e mais precisa.

Além disso, a Comissão Executiva, autônoma em relação à Mesa, teve seus mistérios descritos ao longo de doze incisos, de modo a esclarecer os poderes de gestão administrativa da Casa.

Outra inovação modernizante consiste em conferir à Comissão de Constituição e Justiça a análise do mérito a mais de uma dezena de matérias de alta relevância, de conteúdo predominantemente jurídico que era até então apreciados apenas sob o ângulo da constitucionalidade. Tudo isto, sem prejuízo da insubstituível função contrasteadora das iniciativas em geral com a ordem constitucional e jurídica, no preâmbulo da elaboração legislativa (arts. 54 a 61, sendo que só o art. 60 possui 20 §§ e 33 incisos).

As Comissões Temporárias são classificadas, também sob novo enfoque, em especiais, de inquérito e externas. Às primeiras é confiado sobretudo o encaminhamento do instituto da delegação legislativa "interna corporis", hoje fora do Regimento. em relação ao segundo tipo, as comissões de inquérito, assinala-se que elas estão minuciosamente regradas em obediência aos cânones legais e constitucionais vigentes. Sobre as comissões externas recaem expressa delimitação de seu âmbito operativo, gênese e extinção.

Os trabalhos das Comissões ficam ordenados por fases distintas, numa seqüência lógica e dinâmica. Seu funcionamento, prazos, designação de relatores, a identificação conclusiva dos pareceres, a eleição do Presidente, suas competências; as vagas e a modalidade de sucessão, os impedimentos transitórios dos titulares e a substituição, as causas ensejadoras da perda do lugar, mereceram disposições explícitas (arts. 54 a 86).

8 - No capítulo das Sessões plenárias inscreveram-se comandos assecuratórios da manutenção da ordem pelo Presidente, sem ferir no entanto o livre exercício da fun-

ção parlamentar (arts. 87 a 106).

9 - Para ouvir Secretários de Estado - tanto no Plenário quanto nas Comissões; tanto mediante convocação quanto por manifestação espontânea, o Regimento apresenta roteiro funcional e apto a proporcionar a exposição do tema e as objeções pertinentes (arts. 107 a 111).

10 - A organização da ordem do dia, sua disposição e ementário, está indicada em seqüência que corresponde às fases do procedimento legislativo. Trata-se de inovação de profundo sentido prático (arts. 112 a 114).

11 - Relativamente às Proposições em Geral estabeleceu-se nítida distinção entre projeto de lei e projeto de resolução, bem como do campo normativo de cada espécie, que o Regimento em vigor confundia no

§ 1.º do artigo 127 (arts. 131 a 134).

Incluíram-se regras constitucionais acerca da rejeição presumida de projeto com parecer contrário de todas as Comissões ouvidas e de renovação de iniciativa rejeitada na mesma sessão legislativa (arts. 135 e 136).

12 - No artigo 144 e §§ passa ao novo Regimento Interno o instituto parlamentar do requerimento de informação ao Executivo e as providências que se exigem do Presidente no sentido do alcance de sua finalidade última.

Passam a ser escritos os requerimentos constantes dos §§ 1.º e 2.º, do artigo 134 do atual Regimento, em virtude de estar consagrada pelo uso essa formalidade (arts. 138 a 145).

Em torno das Emendas o novo Regimento se esmera em definições precisas da natureza e alcance de cada modalidade; quando são cabíveis, em quais oportunidades podem ser propostas (arts. 146 a 152).

13 - No Capítulo da Discussão foram separadas as disposições gerais onde se estabelece apenas um turno de deliberação para os projetos de lei ordinária, complementar e resolução, e dois turnos para projeto de criação de cargos no Legislativo e Tribunais (estes dois turnos por exigência constitucional).

Neste passo, o Regimento da Casa entra em sintonia com os Regimentos de todas as Assembléias do País, exceto a do Piauí, inclusive os da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

De há muito que as três discussões e votações exigidas pela Carta do Paraná, em certos casos atingindo a cinco deliberações - além de inconstitucionais por discreparem do processo legislativo previsto na Carta Federal e de observância compulsória pelos Estados - retardam decisões legislativas urgentemente reclamadas pela sociedade.

Regula-se o uso da palavra na exata

medida do interesse público e do direito do parlamentar intervir e participar dos debates (arts. 153 a 161).

Os prazos para a discussão de cada espécie legislativa ou de figura regimental ficam expressamente vinculadas (arts. 162 a 164).

Tanto o adiamento por dez sessões quanto o encerramento da discussão de proposições, mereceram tratamento esclarecedor, além de situarem-se como seções do capítulo da Discussão (o Regimento em rigor só contemplava o adiamento da discussão e ainda assim em capítulo divorciado desta (arts. 123 a 166)).

14 - O Capítulo da Votação foi desdobrado em quatro seções, visto como no atual Regimento a matéria encontra-se concentrada num único capítulo.

Disposições referentes a projetos de lei complementar e de criação de cargos, procedentes da Constituição, recebem abrigo regimental (arts. 172 e 173).

Os processos de votação - simbólico, nominal e secreto - são conceituados por sua nota dominante e seus complementos se desenrolam sistematicamente.

Limita-se a uma a verificação de votação para cada projeto, a fim de evitar-se a deturpação dessa importante categoria regimental (§ 3.º, art. 173).

O método de votação e do destaque das proposições, dispostos em normas agrupadas em seção específica, constitui técnica da maior praticidade (arts. 182 a 183, §§ 1.º a 6.º).

Como se encaminha a votação, o instante adequado, quem pode usar a palavra e quando é incabível consta de seção própria (art. 184 a 188).

A concessão, mediante requerimento, do adiamento de votação por cinco sessões integra seção exclusiva (art. 189 e §§).

Assegurou-se no Regimento, por ser matéria regimental, aquilo que se encontra indevidamente na Constituição do Estado, ou seja, o interstício entre uma e outra votação, além da respectiva definição. O anúncio da matéria na ordem do dia deve ser feito com antecedência de vinte e quatro horas, doravante por imperativo do regimento (arts. 190 e 191).

Estabeleceu-se a ordem permitida para a preferência da discussão e votação, segundo a escala de importância das matérias, além dos requisitos formais para obtê-la (arts. 192 a 196).

15 - Abriu-se um Capítulo destinado à redação final; a quem compete redigi-la, casos de dispensa, como é votada e cabimento de emenda, inclusive de correção na fase de autógrafo (arts. 202 a 204).

16 - Os autógrafos, que traduzem a versão última do vencido na Assembleia, ganharam dois dispositivos valiosos: um

vigorava (art. 206) em resolução esparsa e outro (art. 205) estabelece a conexão obrigatória entre a redação final aprovada e o texto a ser remetido à sanção ou promulgação conforme a espécie normativa.

17 - Os projetos vetados são objeto de disciplina particularizada, que emerge sobretudo da Constituição (art. 219 e §§).

18 - No processo de aprovação de nomes para ocupar cargo de Prefeito da capital e de Conselheiro do Tribunal de Contas, em parte consolidou-se, em parte houve novidade - esta, no tocante ao Conselheiro, porquanto o atual Regimento silencia sobre a questão.

19 - Denominado procedimento abreviado ou decurso de prazo, os projetos de iniciativa reservada do Governador podem ter prazo de trâmite prefixado ou fixado durante o curso da proposição.

O atual Regimento não continha referência a esse processo especial de criação do direito novo, o que faz o presente nos arts. 234 a 241.

20 - Capítulo final - Da Secretaria - recebe norma facultando a Comissão Executiva atribuir a qualquer de seus membros ou ao Diretor Geral competências materialmente delegáveis (art. 243).

Curitiba, maio de 1984.

(a) TRAJANO BASTOS  
Presidente

#### Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 119/84

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Os cargos de provimento em Comissão de Diretor, bem como os cargos de Chefe de Gabinete da Presidência, da 1.ª e da 2.ª Secretarias passam a pertencer à simbologia DAS-2.

Art. 2.º - Os cargos de provimento em Comissão pertencentes à simbologia DAS-4, passam a pertencer à simbologia DAS-3 e os pertencentes à simbologia DAS-5, passam a pertencer à simbologia DAS-4.

Parágrafo único - A gratificação de função do Diretor Geral e de Diretor passa a ser de 7 (sete) vezes 1-F, e a de Coordenador passa a ser de 5 (cinco) vezes 1-F.

Art. 3.º - A despesa com a execução desta Resolução, correrá à conta da verba própria do Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 4.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(aa) FRANCISCO ESCORSIN  
ANTÔNIO BELINATI  
TADEU LÚCIO MACHADO

ORLANDO PESSUTI  
RUBENS BUENO

## JUSTIFICATIVA:

Na última lei de majoração dos vencimentos do funcionalismo do Estado, por proposta do Excelentíssimo Senhor Governador, o cargo de Diretor Geral da Assembléia passou a pertencer à simbologia DAS-1.

Com esta alteração, houve um distanciamento entre o Diretor Geral, os demais Diretores e os restantes cargos em comissão.

A presente iniciativa, objetiva assim, corrigir esta distorção, restabelecendo a escala anteriormente fixada por esta Casa de Leis.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 175/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º - Ficam atribuídos à funcionária pública estadual que adotar menor, os mesmos benefícios outorgados à funcionária gestante.

Parágrafo único - A licença de três meses, será concedida a partir da data da adoção.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06/08/84.

(a) RUBENS BUENO

## JUSTIFICATIVA:

Trata-se, no presente projeto de lei, de além de se ofertar uma contribuição para uma situação das mais urgentes sob o ponto de vista social, conceder um justo e merecido prêmio para um gesto abnegado, que vem dar o carinho de uma mãe e um lar, para uma criança que não teve a sorte de os ter.

Sob outro ângulo, visa primordialmente estabelecer o indispensável convívio entre a funcionária e o seu filho adotivo, necessário para o bom desenvolvimento da criança.

Neste sentido, apelo para a compreensão dos nobres Pares para mais esta disposição em prol do funcionalismo público estadual.

PROJETO DE LEI N.º 176/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Obra Social da Paróquia do Divino Espírito Santo de Ribeirão do Pinhal", com sede e foro em Ribeirão do Pinhal.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social à comunidade de Ribeirão do Pinhal, o que já lhe granjeou o reconhecimento público municipal através da Lei Municipal n.º 687/84, de 07.02.84.

A documentação que anexamos ao processo comprovam o preenchimento das exigências legais previstas no estatuto da utilidade pública de nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Muito se tem falado, nos últimos anos, sobre a emigração da população rural para os grandes centros urbanos. Nesse sentido, programas os mais diversos tem sido incrementados no Paraná, propugnando pela diversificação de culturas, com a finalidade de manter o homem na terra e tornando-a produtiva com a força do seu trabalho. Porém, até ao presente momento, estes programas que tem dado uma pequena contribuição para a mudança dessa situação, não lograram alcançar total êxito, o que não demonstra sua ineficácia nem lhes tira o merecido mérito, mas comprova que terão de decorrer ainda alguns anos antes de vermos estabilizado o problema.

Nesta linha de idéias, o meu objetivo hoje é contribuir para a solução do êxodo rural, reivindicando para o Paraná e para os seus agricultores o estímulo governamental para a reativação da cultura da mamona. Tal cultura, além de oferecer sua parcela de colaboração para a manutenção da população rural nos campos do Estado, pois não requer nem altos investimentos, nem demasiados cuidados técnicos, gerará novos empregos passíveis de amenizar a aguda crise social que atravessamos.

A cultura da mamona foi introduzida no Paraná em finais dos anos 60, tendo em sua história econômica atravessado anos de glória e de frustrações. Especialmente na região de Campo Mourão, onde em 1970 se instalou uma empresa selecionadora de sementes com uma pequena faixa de terra

plantada, e onde em 1973 a produção chegou a 15 mil toneladas sendo a área ocupada pela cultura em cerca de 3.215 alqueires.

O panorama atual é desanimador, com apenas 110 hectares plantados. A causa desta situação deveu-se ao pouco caso das autoridades governamentais para a agricultura, a fatores climáticos adversos, aos pesados juros que os agricultores tem que pagar pelo seu financiamento, e à queda do preço do quilo da mamona.

Segundo LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA, introdutor da mamonicultura no Vale do Piquirivai, e que na época da queda do preço do quilo da mamona chegou a ir 11 vezes a Brasília com a finalidade de conseguir um financiamento do estoque da cultura por parte da CFP. A reativação da cultura, atualmente, é perfeitamente viável, sendo apenas necessário o apoio do Governo para que o preço se mantenha estável.

No Paraná, que apenas é superado pela Bahia e São Paulo, a área plantada com a oleaginosa deverá alcançar 28 mil hectares, com uma produção estimada em 44.800 toneladas. Além da visão social que se deve ter ao incentivar esta cultura, deve-se atentar para o aspecto industrial do seu óleo, utilizado na formulação e composição de cosméticos, ceras artificiais, tintas, resinas, plásticos, óleos lubrificantes e fluídos hidráulicos, conforme destacou o periódico "Folha de Londrina" em sua edição de 22 de julho passado, quando em reportagem de página inteira, lamentava o declínio da cultura.

A crescente importância do óleo da mamona, que pode ser usado como óleo combustível de menor grau de poluição, vem-se comprovando pelas pesquisas desenvolvidas por órgãos do Governo e diversas empresas, como a FIAT que mantém uma frota de carros movidos à base de oleaginosa, e do Instituto Agrônomo de Campinas que lançou o mês passado uma colheitadeira mecânica de mamona, o que permite o plantio extensivo da cultura.

Diante destes fatos, estou encaminhando ao Secretário de Estado da Agricultura, ao Secretário Executivo da ACARPA/EMATER e ao Ministério da Agricultura, cópia deste pronunciamento, reivindicando a necessária atenção destes órgãos Estaduais e Federais para esta cada vez mais importante cultura, indispensável atualmente sob os pontos de vista social e industrial".

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu França.

Ausente, concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Tivemos a oportunidade de na semana passada conhecer a definição adotada por uma organização que tem se notabilizado na História do Brasil, por suas posições sérias a respeito dos acontecimentos nacionais, que tomou um voto pela maioria dos integrantes da sua cúpula, condenando a incompetência, a omissão e a falta de exatidão no cumprimento do dever por parte de muitos que estão com a responsabilidade da conduta da política econômica do Governo, notadamente nos últimos meses.

Refiro-me à Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, que fez publicar a proclamação de Brasília, em que faz uma análise muito séria a respeito do momento histórico em que estamos vivendo. Em um trecho desta proclamação, diz que o trabalho é o dever principal do homem, indispensável à evolução pacífica e progressiva da humanidade, combatendo a exploração do homem pelo homem e os privilégios, consciente da sua responsabilidade cívica.

E faz em seguida uma advertência aos segmentos responsáveis pela administração pública, pelos partidos políticos e entidades privadas, contra o descrédito que sua má gestão nos negócios que lhe são afetos tem propiciado, levando o País ao caos econômico, político e social, distanciando-os do povo, e permitindo o desmando da coisa pública e gerando a impunidade dos seus autores em todos os níveis e em detrimento dos verdadeiros interesses nacionais.

E com esta advertência, Senhor Presidente e Senhores Deputados, chama-se a atenção da consciência da Nação e dizem os que aprovaram esta proclamação, que é assinada pelo Grão Mestre e Presidente da Assembléia Geral Extraordinária, que esta consciência da Nação deve despertar, para que com coragem e desprendimento sejam tomadas posições patrióticas que impeçam a continuidade de tal estado de coisas, competindo aos meios de comunicação, papel relevante nesta reorientação sadia e imparcial da sociedade.

E finalmente dizem que confiam, com este despertar o País retorne a normalidade institucional democrática, com a retomada do desenvolvimento econômico, político e social como caminho indispensável a conquista do bem comum e da grandeza da Pátria.

Ao procedermos este registro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, queremos dizer que concordamos com todas estas manifestações da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil. E acreditamos que estas palavras soarão aos ouvidos dos que têm a responsabilidade pelas decisões maiores em nossa Pátria, para que enfim

tenhamos a certeza de um futuro melhor.

Era só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Vasconcellos, inscrito.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Comemoramos ontem, domingo, o Dia Nacional da Saúde. Triste comemoração. Somos um País doente. E não apenas na área específica da saúde. Oxalá o fosse! Somos um País onde as instituições políticas não são respeitadas, onde os trabalhadores não são respeitados, onde o ser humano não é respeitado.

O Brasil de hoje vive o deserto do pós-milagre econômico de Transamazônicas e Itaipus. Vive a morte por malária e pela fome. Paralelamente ao sonho de grandeza, a Nação convive com a pobreza, a violência, comparável aos países mais miseráveis do mundo.

Senhores Deputados, ontem, domingo, foi o Dia Nacional da Saúde. E o quadro é triste. Infelizmente, não é o que desejávamos. É o que é. O índice de mortalidade infantil, em crianças menores de um ano, chega a 24 por cento. Em 1982 foram registrados um milhão e meio de acidentes de trabalho, causando cinco mil mortes e incontáveis mutilações. Na área rural, o índice de mortes por uso de agrotóxicos é cada vez mais alarmante. A pobreza aumenta e a doença aumenta. São dados diretamente proporcionais.

Ao mesmo tempo que vemos uma necessidade crônica da Nação na área de saúde, assistimos nos paralelismos de nação, a dispersão de recursos, à uma política errada para o setor. Vemos organismos débeis e anêmicos responsáveis pela saúde da população, organismos que deveriam servir, mas que estão desacreditados.

Pensando bem na situação do povo brasileiro, podemos entender porque não ganhamos medalhas nestas olimpíadas. O que está acontecendo nas competições é apenas um reflexo do que somos. Um País que precisa de mudanças já, para que não morra à míngua. Como podemos ser campeões com um índice tão elevado de desempregados, agricultores sem terras e bôias frias? Como podemos ser campeões se não temos o básico?

Precisamos pensar, Senhores Deputados, nos nossos males. Só resolveremos a doença do País se formos até sua fonte irradiadora da infecção, que é o regime há 20 anos instalado neste País. Precisamos de uma política, não só de saúde, voltada exclusivamente para a população. Precisamos abrir espaços, e este é o momento históri-

co para isso, para a participação popular, através de mecanismos comunitários, realmente democráticos, realmente dirigidos para o debate democrático.

Saúde é tudo no indivíduo. Saúde é educação, liberdade, democracia, direitos, responsabilidade. "Mente sã em corpo sã". Um povo sadio é um povo livre, dono de seu destino. É um povo forte, feliz.

Quero encerrar aqui, Senhores Deputados, acreditando que estamos chegando ao primeiro degrau deste objetivo tão desejado pelos brasileiros".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

Ausente, consulto à Liderança se fará uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. ACIR MEZZADRI - No horário da Liderança, fará o uso o Deputado Furatti, por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está com a palavra o Deputado Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Nação Brasileira está perplexa diante do quadro político-institucional posto diante dos seus olhos. Está perplexa diante da contrariedade de princípios que tomou conta desta Nação. Os políticos que ontem assumiram compromissos públicos, hoje, mudam de opinião e justificam a ida de um Governador do PMDB ao Colégio Eleitoral para acabar com o mesmo. Esdruxulamente aceita-se, a nível de cúpula partidária, a inclusão de um Vice-Presidente nesta chapa, que há pouco tempo atrás defendia ardorosamente o processo das eleições diretas, por que entendia que era um direito do partido do Governo, eleger o Presidente da República.

Hoje traiu o seu Partido, traiu os seus princípios, vindo a se aliar a este acordo de elites a nível nacional.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Nação está perplexa. E se ainda não aprofundou esta discussão, é porque tem recebido a avalanche de informações, muitas vezes até equivocadas, em relação ao verdadeiro papel das oposições neste País. Se efetivamente as oposições vão ao Colégio Eleitoral para acabar com o mesmo, faço a pergunta aos companheiros aqui presentes se realmente há interesse destes homens assumirem o poder pelo espúrio Colégio Eleitoral, para acabar com este Colégio Eleitoral, por que então não assumem o compromisso público de, logo após assumir a Presidência da República, convocarem

eleições diretas imediatamente?

O que estamos vendo é que bandeiras da Oposição, como reforma agrária, como Assembleia Nacional Constituinte, como eleições diretas, estão hoje seguindo planos diferentes.

A política do "confie em mim" está acabando neste País. A política do "me eleja para depois decidirmos" tem que acabar. Não vejo no Senhor Tancredo Neves diferença entre ele, Maluf ou Andreazza, se assumir Tancredo o compromisso de ir ao Colégio Eleitoral, e governar tal qual Maluf ou Andreazza se propõem. O que está propiciando este acordo de elite é a completa implosão de um PDS, hoje dirigido por um maníaco, Paulo Maluf, que tenta inclusive transformar o processo da eleição espúria indireta, num processo eleitoral via televisão. O que está facilitando o acordo das elites é a completa imobilidade de um partido que não tem sequer a moral de equilibrar as forças políticas desta Nação.

Mas compete a nós, do PMDB, que temos tido o compromisso de base, alertar a Nação Brasileira para o engodo que se processa neste País.

É bom que fique bem claro que homens do PMDB, comprometidos com seus princípios, não estão enganados quanto a este processo que se monta nesta Nação. Quem é José Sarney, para hoje ocupar a Vice-Presidência de uma chapa de oposições? Quem é Aureliano Chaves?

São homens que não estão apenas dentro do processo eleitoral, porque foram alijados deste processo eleitoral numa luta intestina, porque não tenham dúvidas que se o quadro do PDS estivesse diferente, estaria o Senhor Aureliano Chaves montado no esquema do PDS para eleger presidente indireto por seis anos, apoiando indistintamente todo este processo espúrio que aí está.

É importante não fugirmos dos princípios, porque há aquela história do cidadão que, na sua cidade, começou a gritar em cima de suas teses, até que num determinado momento as lideranças da cidade procuraram este cidadão e lhe disseram: "amigo, todo o mundo está falando diferente de você. Por que você continua insistindo em suas idéias"? E ele disse: "Continuo insistindo nas minhas idéias e falando diariamente para que não mudem o meu modo de pensar."

Esta é uma realidade que se avizinha para este País, aonde estão as bandeiras, a Assembleia Nacional Constituinte e agora vem Tancredo e muda o panorama, dizendo que pretende um Congresso com poderes constituintes.

Congresso com poderes constituintes, não é Assembleia Nacional Constituinte;

implosão do Colégio Eleitoral não é uma eleição de quatro ou seis anos; implosão do Colégio Eleitoral, é o compromisso assumido por escrito antes de se eleger, e que chegado lá convoca as eleições diretas para Presidente da República.

Acordo com o FMI! Quem é Tancredo Neves para vir aos jornais e televisões e dizer que o movimento e a moratória, são tolices?

Homem que por princípios de vida, tem se mantido sempre no poder, parece "denorex", que parece mas não é, porque na verdade estão calados diante desta vergonha de acordo nacional, que é o princípio de José Sarney, de frente liberal, sem os princípios concretos.

Admitimos e admito até a ida ao Colégio Eleitoral, por um princípio fundamental de que a arma de se ir ao Colégio Eleitoral, pode-se admitir desde que o Senhor Tancredo Neves assuma o papel de restitucionalizar o País, pois o País não está a serviço do Senhor Tancredo Neves, se ele vai largar o governo de Minas Gerais, é importante que ele saiba que ele larga o governo de Minas Gerais para restitucionalizar este País, não temos absolutamente nada se ele vai perder dois anos de mandato, ele deve estar a serviço do País e não o País a seu serviço.

É fundamental companheiros, que claremos as memórias, porque o cidadão comum que ficou por cinco horas em pé no comício pelas diretas em Curitiba, que ficou por cinco horas em pé em São Paulo, no Rio de Janeiro e nas próprias Minas Gerais, não ficou para ouvir conversa mole posteriormente ao processo se esvaziar.

Não resta dúvida que o PDS hoje é um partido desmoralizado sob o comando do mais desmoralizado ainda Paulo Maluf, mas não venham com esta história, que aqueles que questionam o processo espúrio que domina esta Nação estariam a favor desta espúria figura que não representa o pensamento da Nação Brasileira, chamado Paulo Salim Maluf.

Embora o PDS não tenha dado condições de dialogarmos...

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência até um ponto está indo bem, mas porque desmoralizar o Paulo Maluf? Traga provas contra Paulo Maluf, Vossa Excelência está falando sobre Tancredo e Sarney. Vossa Excelência parece que estava na bigorna, com uma mão no cravo e outra na ferradura. Vossa Excelência infelizmente está ofendendo o meu candidato e eu não vou admitir isto, porque, que mal fez Paulo Maluf para Vossa Excelência, para o Brasil e para São Paulo?

Só se Vossa Excelência provar e não

vir com tiradas demagógicas. Deputado, a falar de Paulo Maluf na minha frente, a não ser que Vossa Excelência queira ser intimado a provar, se Vossa Excelência tem moral prove qualquer coisa contra Paulo Maluf, Deputado ou então Vossa Excelência com a devida vênia, com a honra de um homem e com a consideração que tenho por Vossa Excelência, vou lhe intimar a provar ou Vossa Excelência demoraliza-se no Paraná, a falar mal de Paulo Maluf na minha frente. Paulo Maluf é tão digno quanto Vossa Excelência. É um dos homens que teve a maior votação no Brasil, como Deputado Federal. Eu desafio Vossa Excelência, em qualquer campo, para falar de Paulo Maluf. Vossa Excelência se tiver um lenço limpo, limpe os seus lábios e depois ataque Paulo Maluf. Porque, como dizia Jesus Cristo, quem estiver isento de culpa, que atire a primeira pedra. Vossa Excelência peca pelo excesso de euforia. Fale do Senhor Tancredo, do gagá de 74 anos, que vai deixar, se eleito, a Vice-Presidência para o Sarney, o traidor. Mas eu não admito que fale de Paulo Maluf, porque aqui tem um companheiro de Paulo Maluf. E Vossa Excelência também não pode admitir que se fale, que o Senhor José Richa está infelicitando o Paraná. Nós os respeitamos e por isso exigimos que nos respeitem.

O SR. PAULO FURIATTI - Quem chegou à conclusão da desmoralização desta figura, chamado Paulo Maluf, não sou eu, nobre Deputado. É a Nação Brasileira. Vossa Excelência...

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência não representa a Nação. Vossa Excelência representa apenas...

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente eu solicito a Vossa Excelência que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa alerta o orador que se encontra na tribuna, que o tempo que a Liderança deu, está esgotado. E solicita da Liderança se concede mais alguns minutos.

O SR. ACIR MEZZADRI - A Liderança concede mais cinco minutos para que o Deputado conclua seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Continua com a palavra o Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Mas, apenas para responder ao nobre Deputado Gabriel Manoel, vou fazer aqui um pequeno exercício mental, para que fique bem clara esta posição.

Vossa Excelência falou em Jesus Cristo. Vamos consultar esta Plenária, deputados e outras pessoas aqui, e vamos fazer a seguinte lógica de raciocínio, e Vossa Excelência saberá quem é Paulo Maluf. Vamos admitir que no dia ...

O Sr. Gabriel Manoel (Pela Ordem) Senhor Presidente, não vamos admitir que um menino de colégio fique atacando o futuro Presidente da República. Um homem que foi Governador de São Paulo ...

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem). Solicito que desconte o tempo, Senhor Presidente.

O Sr. Gabriel Manoel - Senhor Presidente, (Pela Ordem) eu peço a Vossa Excelência que modere as palavras deste afoito Deputado que não quer nada mais do que tumultuar. Se ele é contra Tancredo e contra Maluf, é contra Deus e contra o Diabo. Onde ele está?

O SR. PAULO FURIATTI - Mas vamos fazer um raciocínio. Vamos consultar todos aqui. No dia da crucificação de Cristo, várias pessoas se encontravam a sua volta um à direita, outro à esquerda. Qual seria o Paulo Maluf desta jogada, Senhor Deputado? Isto não sou eu que digo. Porque todos estão sabendo quem é o Senhor Paulo Maluf.

Portanto, nobre Deputado a desmoralização da prática política do Senhor Paulo Maluf não sou eu que invento desta tribuna, é a sua prática diária, suas propostas e sua vida política.

Para concluir, Senhor Presidente, na verdade esta prática nacional, me faz hoje vir a esta tribuna, concluir, que as oposições indo ao Colégio Eleitoral com Tancredo Neves, deverão assumir um compromisso público, de mandato de dois anos, porque se estabelece então um Governo de Transição, com eleições em todos os níveis em 86 para que possamos construir uma nova Constituição neste País, para que possamos reerguer este País que foi desmoralizado pela estrutura tecno-burocrática e militar, apoiada pelos políticos do PDS; e que hoje nem mais se entendem.

E não permitir, Senhor Presidente, Senhores Deputados que na escalada histórica do avanço e do progresso desta Nação, forças conservadoras tentem dar o tom, num avanço que só pertence ao povo brasileiro. Não sou a favor de Tancredo ou de Sarney. Sou a favor das promessas e dos princípios, e as promessas e os princípios dizem hoje o seguinte: eleições diretas, se não imediatamente, logo após assumir o mandato; com Assembléia Nacional Constituinte, renegociação da dívida com moratória, política de pleno emprego, reorganização par-

tidária. Estes são os princípios que nós devemos defender. E tem um velho ditado que diz, que onde está o povo está Deus, nobre Deputado. E não nas pessoas e nas personalidades; e não no sistema fascista de Paulo Maluf; e não no sistema da força e do arbítrio, como fizeram dentro do PDS, nobre Deputado, é bom que Vossa Excelência saiba. Vossa Excelência tem o direito legítimo de ser malufista; mas não tem o direito de usar nesta Casa os métodos fascistas de Paulo Maluf, porque os métodos de Paulo Maluf são métodos não condizentes com o processo democrático.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem). Eu não aguento desaforo, Senhor Presidente. Este guri está louco. Se ele é contra Tancredo, está contra o Cristo. Vem falar bobagem demagogicamente. Manda fazer um exame de sanidade mental neste moço.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa registra com satisfação a presença do Deputado do Rio Grande do Sul, 1.º Secretário da Assembléia Legislativa, que honra com sua presença, Deputado Antônio Lorente.

E concede a palavra ao Líder do PMDB se escala outro Deputado para fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Realmente, o Brasil nos últimos dias começa a viver um momento mais importante da vida política dos últimos anos para cá.

Quem de nós não sabe que os últimos Presidentes da República eleitos pelo voto indireto, eram escolhidos de cima para baixo? E hoje as convenções de ambos os partidos políticos constituídos em nosso País, ou seja dos dois maiores partidos políticos, do PMDB e do PDS, tentando aos poucos redemocratizar o nosso País, dá o direito para que os estados brasileiros através dos convencionais, dos delegados eleitos pelos convencionais regionais, compareçam a Brasília para escolherem seus legítimos representantes para o embate eleitoral que teremos no próximo ano de 1985.

O PMDB já fez sua opção, comparece ao Colégio Eleitoral, por ele sempre denominado de espúrio, de ilegítimo, de desqualificado.

Entretanto, a história e os últimos anos provam que o partido de Oposição; o

PMDB é incoerente com as suas palavras de palanque; é incoerente com as suas palavras na tentativa de iludir a opinião pública e angariar votos para que fosse o maior partido político da Nação Brasileira.

Mas a história é recente e entendo e acredito até que a memória do povo não é curta.

O PMDB já comparece ao Colégio Eleitoral pela 3.ª vez, numa delas concorrendo com o General Euler Bentese Monteiro, general esse fazendo parte de tantos outros generais denegrindo nos palanques, nas Assembléias, nas Câmaras Municipais e até mesmo no Congresso Nacional.

Mas eles compareceram ao Colégio Eleitoral; não foram vencedores.

Logo após compareceram mais uma vez ao Colégio e espúrio, ao Colégio ilegítimo com a figura democrática de Ulisses Guimarães.

Mas que democracia, só para comparecer a palanques. Mentiram ao povo que só aceitavam eleições diretas.

Estes são os pregoeiros da democracia brasileira.

O próprio candidato à Presidência da República, pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, homem que se diz democrata é o primeiro que a qualquer custo, que o Poder da Nação Brasileira, seja por eleições diretas, seja por eleições indiretas o que ele quer mesmo é comparecer e governar este País, seja de qual maneira a conteça as eleições para o próximo Presidente da República.

O Sr. Mário Pereira - Permite um aparte, Deputado?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Dentro de poucos minutos, e analise comigo o agravante, leva consigo, como companheiro de chapa, o homem que o nosso Partido, contra a vontade nossa, o ex-Presidente do PDS, Senador José Sarney, que pelas próprias palavras do atual Governador de Santa Catarina, que apregoa as eleições diretas no Brasil, foi pressionado por José Sarney, para que os Deputados catarinenses não votassem pelas eleições diretas.

Eu não sei como, e a que tipo, os passes de mágica do PMDB, para convencer os seus eleitores por todo o País que agora aceitam o Colégio Eleitoral, que o Colégio Eleitoral agora passa a ser legítimo, que o Vice-Presidente da República, José Sarney é o bom para a redemocratização da Nação Brasileira, que o seu povo tanto pede.

Nos não somos conta de maneira nenhuma a ida do PMDB ou de qualquer partido político ao Colégio Eleitoral, eu não entendo é como eles que tanto denegriram este Colégio Eleitoral, eles que tanto falam mal do Colégio Eleitoral, hoje vão com o pre-

sidenciável Tancredo Neves.

E sabem quem é Tancredo Neves?

O homem que há tempos atrás saiu do antigo MDB, para ingressar no PP, dizendo-se ter condições de sentar à mesma mesa com o Sr. ex-Governador Miguel Arrais, ex-Governador de Pernambuco, está tudo mudado neste País, fala-se, conquista-se o povo, mas as ações são diferentemente dos pregoeiros da democracia, o Partido do PMDB, na Nação brasileira haverá de ser julgado pelo que tem feito, pelo engano ao povo que lhe deu nas urnas grande número de Governadores, como no caso nosso, do Paraná, que o Sr. José Richa, que já apregoa nas suas idas e vindas ao interior do nosso Estado, que aceita José Sarney como candidato à vice-presidência e que é legítima a postulação do Governador mineiro, Tancredo Neves, à ida ao Colégio Eleitoral.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Mário Pereira - Nobre Deputado Tércio Albuquerque, eu li há pouco tempo uma estorinha que falava de um País nórdico em que nessa cidade estabeleceu-se uma discussão muito grande sobre a importância ou não do nudismo, e haviam dois grandes defensores do nudismo que queriam que ele saísse dos campos de nudismo e passasse às cidades porque naqueles países com pouco sol seria muito bom para a saúde que o corpo inteiro dos habitantes daquela região tivesse o contacto com a natureza e com o sol, que seria bom para a saúde.

E, haviam adversários, e esses adversários do nudismo disseram aos dois maiores pregadores do nudismo que eles estavam sendo desmascarados pela sua prática, porque apesar de defenderem o nudismo, andavam vestidos. Um deles acreditou na estória dos adversários do nudismo e passou a andar nú na rua, dizem que morreu de frio, nú, na cela ...

O outro continua pregando o nudismo! Mesmo andando vestido!

O PMDB sempre lutou pelas eleições diretas e contra o Colégio Eleitoral, mas não vai andar nú na rua porque Vossa Excelência defende o nudismo público sem antes estar legalizado.

Esta postura, coerente, do PMDB, de lutar, não quer dizer que devamos andar nus nas ruas, porque os adversários do nudismo assim o levam a achar que esta é a prática, morrer duro de frio e nú na cela!

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - A estorinha que Vossa Excelência acaba de contar não convence a ninguém, e entendo até que Vossa Excelência acaba de inventá-la, para ter como fazer um aparte e justificar a ida de Vossa Excelência, se escolhido pela Assembléia, ao Colégio Eleitoral.

Não inovou nada Vossa Excelência.

Não trouxe nada de concreto. O seu aparte em nada modificou o meu pronunciamento.

Agradeço a Vossa Excelência a participação só que o seu passe de mágica foi muito curto para convencer-nos de que o PMDB deverá ir ao Colégio Eleitoral para extingui-lo logo após.

Não entendemos assim, porque o Governador Leonel Brizola do PDT fez uma proposta ao Governador Tancredo Neves, de um governo transitório de 2 anos, e a resposta foi negativa. Tancredo Neves não aceita 2 anos de Governo. Está demonstrado, patente e claro, que o Governador Tancredo Neves, quer, a qualquer custo, o poder deste País, e não deseja, de maneira nenhuma - pelo menos tem conseguido demonstrar pelos seus pronunciamentos - que não deseja a redemocracia. Ele deseja, sim, é ir ao poder a qualquer custo e poderá ir, porque estão aí as portas abertas. O PDS não fechou questão para cassar os seus membros que estão indo à Frente Liberal votar no Sr. Tancredo Neves, como também é coerente o PMDB se não tomar atitude diferente, como no passado Tancredo Neves, como vice-Líder do PMDB no Senado Federal, certa vez em um de seus pronunciamentos, desejava enquadrar como infidelidades partidárias os emedebistas de então, que desejavam no Colégio comparecer para votar em um dos presidencialistas do PDS, ou aqueles que desejavam não comparecer de maneira alguma, para ser coerente com as suas palavras levadas ao povo de seu Estado.

É esse mesmo Tancredo Neves, que já foi Primeiro Ministro do Brasil, que nada salvou, que não tem no seu passado na história como um dos grandes baluartes da Nação brasileira. O que ele é, é um homem de poucas palavras. Ele diz aquilo que o povo quer ouvir na televisão, simpaticamente. Entretanto o seu Estado mineiro está abarrotado de processos não despachados, porque o Governador tem preguiça de tomar conta do Palácio Mineiro para governar o seu Estado.

Não venha o PMDB dizer que Tancredo Neves é a salvação, como também nós não podemos dizer que está aí a salvação. O que se precisa não é de modelos bonitos de projetos para governar o País; precisa-se é de ação, ação rápida, que possa de uma maneira ou de outra melhorar o nosso processo econômico brasileiro, que possa modificar o modelo de nosso País, que possa dar uma melhoria no atual sistema do BNH, para a casa própria do povo brasileiro. Assim, são 3 ações que podem melhorar a condição do brasileiro. E não sou eu que vou defender, de maneira alguma, os que governam hoje o País, porque eu mesmo entendo

que pode ser consertada muita coisa que aí está errada.

Entretanto, os presidenciáveis do PDS, poderão trazer medidas novas e concretas, como poderá o Sr. Tancredo Neves, idem, melhorar a condição do nosso povo brasileiro.

Agora, alguns peemedebistas são coerentes, não aceitam comparecer ao Colégio Eleitoral, de maneira alguma. Porque eu só quero ver a cara daqueles que pediram voto, espezinhando, rasgando, difamando o Colégio Eleitoral, e agora vão voltar aos palanques dizer que o Colégio Eleitoral foi a salvação porque trouxe Tancredo Neves e José Sarney à direção de nosso País. É incoerente. Há dias atrás eu ouvi, neste Plenário, palavras do grande, ilustre, honrado Deputado Alencar Furtado, dizendo que o PMDB vai minar o campo do PDS e vai vencer as eleições. Não tem nada de belo nisso, nada de inovador. Agora, o seu Osvaldo Alencar Furtado precisa explicar ao povo paranaense quem foi que cassou o mandato de seu ilustre irmão, um dos melhores parlamentares do Brasil, Deputado José Alencar Furtado, isso sim ele tem que vir aqui trazer às claras. E o porquê, também, o seu irmão não é hoje o Senador do Estado do Paraná representando nós paranaenses no Congresso Nacional já que ele ...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulta à Liderança do PDS se concede mais tempo ao orador que está na tribuna.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Mais três minutos para que ele complete, depois, em seguida, o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - ... Porque o Deputado José Alencar Furtado não é hoje o Senador da República pelo Paraná, já que foi cassado pelos homens que hoje estão na frente liberal apoiando o PMDB, sentando na mesma mesa. Uma cassação espúria porque o Deputado José Alencar Furtado representa, realmente, a inteligência dos parlamentares brasileiros.

Precisa o Deputado Osvaldo Alencar Furtado justificar uma outra cassação do seu irmão, desta feita a cassação branca que o seu partido não lhe deu direito de ser candidato ao Senado da República. Está posto aí para que o PMDB justifique, para que o PMDB agora passe da mentira para a verdade justificando ao seu eleitorado brasileiro a sua ida ao Colégio Eleitoral, para levar à Presidência da República o Dr. Tancredo Neves que a qualquer custo quer o Poder, o homem que não tem trazido democracia nenhuma ao Estado de Minas Gerais, porque ele impõe a sua administração para com os mais sofridos, até mesmo com os oprimidos do passado.

Bonito de ver a estorinha do Deputado de Cascavel. Estorinha essa que nunca foi escrita, estorinha essa que é mentirosa; estorinha essa que não justifica; estorinha essa que não tira a máscara daqueles mentirosos de ontem que querem ser os homens da verdade de hoje.

Vamos esperar. Vamos esperar até um Tancredo Neves na Presidência, porque ele vai ficar os seis anos, ou passará uns três anos para José Sarney, um dos dois vai trazer a democracia para o País. É a cobra sentada ao lado do jacaré, se é Sarney, Tancredo Neves; esses homens que têm denegrido nosso País, que em nada inovaram. Esse José Sarney que fez, muitas vezes, os pedessistas ficarem sofrendo em suas Casas Legislativas a benesses do Governo, e quando vê, agora, o PDS à beira de poder perder uma eleição indireta, ele pula para o outro lado para continuar no Governo, para ser vice-Presidente da República. Este é o maior mentiroso que o Brasil já pôs na vida política nacional, e vai se juntar a um velho decrépito que não tem condições de governar a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa concede a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. E com satisfação registra a presença do ex-Deputado estadual Waldyr Pugliesi, e atual Prefeito de Arapongas; como também a presença de Manoel Barreto, e José Venâncio, Vereadores do Município de Guaíra.

Está com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Deputado Furiatti, com a jovialidade, o ímpeto de querer ser simpático, eu não sei porque facção, porque ele atacou o Tancredo, o coitado do velhinho gagá, 74 anos, e entrou na nossa. A hora que ele morrer, o Sarney será Presidente da República. Então, ele está como peixe fora d'água. Eu dou razão ao Deputado Furiatti, em gênero, em número e menos em grau, de vir aqui à tribuna da Assembléia atacar o Deputado Paulo Maluf, porque ele está desesperado, ele está vendendo a vitória, e se por uma fatalidade do destino, o ilustre Deputado, ex-Deputado, ex-Senador, ex-Ministro, e atual Governador das Minas Gerais, for empossado por voto da sua grei.

Então eles vão segurar a cabra para o PDS tirar o leite, e nós estamos vendo isto.

Tancredo Neves não aguenta o cheiro da brilhantina, porque a idade é um fato consumado. Virá fatalmente, apesar das artimanhas do ilustre Secretário Geral do PMDB, Dr. Affonso Camargo Neto, Senador da República, pela ARENA haveremos de ver fatalmente, um homem do PDS na Presidência

da República.

Eu admiro a inteligência e o tirocínio deste Deputado que é meu amigo particular. Ao ver que tudo que foi montado durante 20 anos, quando Armando Falcão cassava Alencar Furtado e hoje fazendo uma aliança com o próprio partido do homem, que é uma das forças morais da política paranaense, um homem combativo, que deu sua própria saúde, o seu próprio sangue, em benefício do Paraná e da sua gente.

Um homem, como Alencar Furtado, como poderá sentar à mesa, cassador e cassado; onde está essa gente, caíram no engodo, mais uma vez, do Senador Affonso Camargo Neto.

Porque meu pai dizia, - que a política é dos inteligentes - a política é dos homens que sabem fazê-la. E essa massa compacta do PMDB no Paraná e no Brasil, caiu na armadilha, caiu no engodo dos homens, que num passo de mágica, como o vice-Presidente Aureliano Chaves, soube rolar o seu Tancredo Neves.

E eu digo isso, porque a verdade é meridiana, sem atacar ninguém, Deputado Furiatti, sem atacar o vosso ponto de vista.

Eu o elogio porque Vossa Excelência sabe que Tancredo Neves na Presidência da República, com José Sarney, o traidor, há de entregar, em curto espaço de tempo, a presidência para o nosso PDS.

Veja bem, Vossa Excelência, que o trabalho das minorias, o trabalho da massa, não adianta; o trabalho de nós os pequeninos de baixo, não adianta, Deputado Furiatti, e tem Vossa Excelência razão, de estar preocupado, porque, aí vem o adágio popular "O Confeiteiro que faz o bolo não é quem o come", são os convidados dos casamentos, das festas, que hão de comer as fatias melhores.

Vossa Excelência está preocupado e com justa razão.

A única coisa a que peço vênica é que, Vossa Excelência, ao atacar o meu candidato, eu fico ligeiramente constrangido, e sou obrigado a defendê-lo.

Onde está o PMDB do Brasil, se Tancredo for Presidente da República, um homem com a saúde debilitada, um homem com 74 anos de idade? Há de entregar para o "homem do bigode" que é José Sarney; homem que já foi repudiado pelo nosso partido.

E mais uma pergunta, ainda: como fica o PMDB do Paraná, como fica o PMDB do Paraná, Deputado Furiatti, com os nossos chefes, ontem nossos chefes que nos levaram a uma derrota? Esta união é espúria, e o povo, é mais sábio do que nós pensamos, o povo julga, e há de nos julgar se estivermos vivos, nas próximas eleições. Com todo o respeito que tenho pelo meu chefe, meu ex-chefe, Ney Braga, como pode, Ney Braga, e José Richa, no mesmo palanque?

Como pode, PDS, e PMDB? São incompatíveis como a água e o azeite! Como pode, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, continuar a atacar o seu inimigo de ontem, e seu companheiro de hoje? Como pode, José Sarney, e Tancredo Neves, estarem na mesma canoa? É apenas por vindita pessoal! E, infelizmente, por uma manobra do Senador Affonso Camargo, o PMDB "caiu na onda". E vamos ver, o futuro há de dizer, Deputado Furiatti, eu quero pedir desculpas a Vossa Excelência, mas quero também lhe fazer um alerta por gentileza, ataque Paulo Maluf, quando tiver documentos e provas concretas; por isto que, o futuro Presidente da República, ex-Governador de São Paulo e atual Deputado Federal vai condidá-los, vai abrir os braços para o Brasil, e vai orientar, dentro deste complexo que Sarney levou para o abismo, o companheiro do PMDB, este complexo econômico que está levando o povo brasileiro à fome, ao desemprego.

Como justificam isto, meus amigos do PMDB? Como pode, Sarney e Tancredo Neves, num palanque só? Como justificar esta imoralidade, que é o poder econômico do Brasil? Como pode, Armando Falcão, e Alencar Furtado, sentarem no mesmo banco, ou subirem no mesmo palanque, o cassador e o cassado, homem honrado como Alencar Furtado?

Muito obrigado. **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**) - Concedo a palavra, ao orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Federação das Indústrias do Paraná, recentemente prestou homenagem ao eminente jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, outorgando-lhe a Medalha de Ouro pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná.

Este fato não poderia deixar de ser destacado nesta Casa, pois que, a homenagem dos Empresários nos faz refletir sobre as campanhas que o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho vem liderando, para fazer com que o Paraná tenha o destaque que merece, no comércio nacional; faz-nos refletir sobre um fato que necessita de revisão: o que temos feito, para colocar o Paraná no devido lugar em que deveria estar, no contexto da Federação brasileira?

O grande produtor agrícola do País, o Estado que contribui para trazer divisas para a Nação, o Estado que ajuda de forma decisiva para alimentar o povo brasileiro, que compensação tem, por seu esforço? Em contrapartida, o que recebe? Apenas, o alagamento de suas terras férteis, com a construção das hidrelétricas, visando ge-

rar energia elétrica para os Estados industrializados! As ameaças de tirar o Paraná daquilo que foi construído com o labor da gente paranaense, principalmente agora, o caso da federalização do Porto de Paranaguá, além de se querer desviar parte da soja exportada pelo nosso maior terminal portuário. O Paraná produz, mas em contrapartida, não tem representatividade a nível nacional. Nem mesmo os apelos constantes para colocar um paranaense no Supremo Tribunal Federal foram ouvidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é momento de reflexão. O que se tem feito ultimamente para reverter essa situação? O momento é de exigir o ressarcimento pelas perdas que o Paraná vem tendo constantemente e fazer com que nosso Estado seja devidamente reconhecido como grande Estado brasileiro, e, como primeiro passo, tenha a garantia de assegurar aquilo que conquistou com o esforço de sua gente. E momento de união, união suprapartidária em benefício do Paraná.

Ao fazer essas colocações, lembramos que há um ponto em comum da nossa classe com o posicionamento do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho que serve de guia para todos nós, o ferrenho paranismo do qual esse jornalista nunca abriu mão e, diria mais, é a bandeira paranista que tremula sempre mesmo quando os outros segmentos da sociedade paranaense se esquece dos deveres que temos em defender os interesses de nossa gente.

Por isso, nós nos associamos à homenagem dos empresários paranaenses ao jornalista Francisco Cunha Pereira Filho. E mais do que homenagem, fazemos um apelo para que todos nós nos unamos na batalha

paranista.

Muito obrigado. (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita do apoioamento.— Apoiado.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(**É procedida a verificação de votação**)

Dez Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 110/84

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.º 111/84 e 112/84.

Levanta-se a sessão.